**11ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**1º Período Ordinário de Sessões**

**ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 20 DE JUNHO DE 2024.**

Presidência dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Presidente; Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente; e, a convite, Dr. Gilberto.

Às 14 horas, em ambiente híbrido, com a presença dos Srs. Vereadores Carlo Caiado, Cesar Maia, Jair da Mendes Gomes, Marcelo Arar, Paulo Pinheiro, Tânia Bastos, Welington Dias e Zico 8 (oito), assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens”, dou por aberta a Sessão.

Passemos ao Grande Expediente.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo oradores inscritos, a palavra fica franqueada.

Não havendo manifestação por parte dos senhores vereadores, a Presidência suspende a Sessão até as 15h40.

Está suspensa a Sessão.

(Suspende-se a Sessão às 14h01 e reabre-se às 15h40)

A SRA.PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Terminada a Primeira Parte do Grande Expediente, passemos à Segunda Parte.

O orador inscrito é o Senhor Vereador Marcelo Arar, que dispõe de 20 minutos.

O SR. MARCELO ARAR – Boa tarde, senhoras e senhores. Boa tarde a todos os cariocas que nos assistem na Rio TV Câmara. Boa tarde, Presidente Tânia Bastos.

Gostaria de registrar aqui no Plenário duas grandes vitórias para o mundo das lutas e artes marciais, que tiveram grande participação do nosso mandato, Presidente.

Ontem foi aprovado no Congresso, logo em Primeira Votação, pela Comissão de esportes o PL que regulamenta a profissão de Professor/Instrutor de Lutas e Artes marciais. Isso é muito positivo para os milhares e milhares de faixas-pretas, black-belts, samurais, mestres que dão aula por todo o país. Isso dá uma garantia de contribuição, ajuda, e facilita muito. Principalmente para as futuras gerações em relação à aposentadoria e, claro, concurso público. Hoje temos professores de Educação Física praticamente nas mais de cinco mil cidades do nosso país, que são concursados. E não temos professor de lutas e artes marciais, porque ainda a profissão ainda não foi regulamentada. E ontem, tivemos um grande avanço no Congresso e na Câmara dos deputados.

O próximo passo é a Comissão de Justiça. Para finalizarmos essa grande vitória, esse grande ippon no Senado. E o melhor dessa história toda, Presidente Tânia – a senhora que também é uma entusiasta do mundo das lutas. Os deputados em Brasília, que alguns deputados estavam criando um movimento junto com o Crefe, com o Confef, o Conselho dos Profissionais de Educação Física, para querer criar a obrigatoriedade de Faculdade de Educação Física, para querer criar taxas, recuaram. Os deputados que estavam junto com o Crefe, e o Confef, querendo entrar nesse projeto da regulamentação de Instrutor e Professor de Lutas e Artes marciais, recuaram. E agora apoiam o mundo das lutas.

Esses deputados entenderam que a luta também é educação, filosofia milenar, estilo de vida. E claro, quem tem de avaliar o mundo das lutas são os próprios lutadores, as próprias federações. Estamos vivendo num mundo que não tem mais espaço para burocratizar, e muito menos cobrar taxas, anuidades e mensalidades.

Eu acho que o movimento de todo o mundo das lutas, todo o trabalho que fizemos aqui na Câmara de Vereadores, e que fez eco no país foi de muita importância para que esses deputados em Brasília entendessem um pouco o que é o mundo das lutas e recuassem em relação ao Cref e ao Confef terem participação nesse projeto que regulamenta a profissão.

Foi muito importante a participação de todos nas redes, para mostrarmos a força e a tradição do mundo das lutas.

Gostaria de registrar aqui no Estado do Rio de Janeiro o trabalho do mestre Murilo Bustamante e do mestre André Pederneiras, que não ficaram calados diante desse absurdo e foram articular, foram conversar com os deputados que estavam numa contramão ao mundo das lutas. Muito importante a participação desses dois mestres.

Gostaria de registrar também a participação do mestre Rudimar Fedrigo, que no Paraná foi conversar também com os deputados do seu estado, mostrando a importância do mundo das lutas. E que os mestres não têm que ter a obrigatoriedade de fazer faculdades de outros segmentos, que os mestres podem, sim, ser avaliados pelas federações locais sérias que têm tradição.

O SR. MARCOS BRAZ – Vereador, se o senhor me permitisse, eu queria um aparte no seu discurso.

O SR. MARCELO ARAR – Fique à vontade.

O SR. MARCOS BRAZ – Quero dizer que chega a ser perto do absurdo, no mundo em que nós vivemos, na época em que nós vivemos, essa burocratização e essa não regulamentação. Eu acho que a gente está sendo aqui até econômico nas palavras, em relação a essa atitude.

Eu acho que é uma covardia o que fazem com essa causa. É uma covardia com tantos professores, com tanta gente que disciplina, que cobra disciplina, que dá aula, pessoas didáticas. Você é um vereador aqui que é muito atuante nessa causa e você sabe o que é dar aula para criança. Você chegar e dar aula para criança de uma arte marcial, de uma arte que necessita de tanta cobrança, para que isso não saia das mãos, não saia do percurso.

Primeiro, quero dar os meus parabéns ao senhor, ao levantamento dessa causa aqui, e dizer, claro, que é uma covardia o que fazem em relação a esse tema aqui, se ajoelhando a situações de sindicatos e de entidades, que eu acho que não enxergam de uma maneira ampla, por pessoas tão dedicadas nesse país.

Parabéns pela sua causa e parabéns pela celebração deste assunto.

O SR. MARCELO ARAR – Vereador Marcos Braz, agradeço pelas palavras. E Vossa Excelência tem muita legitimidade para falar sobre isso, uma vez que é faixa preta de jiu-jitsu e conheceu um pouco das tradições milenares do mundo das lutas.

Vossa Excelência, também, que atua muito e tem especialidade e foco na área dos esportes, sabe que lutas e artes marciais são filosofia, estilo de vida, educação e sabedoria. Inclusive, Vereador, eu arrisco a dizer que muito da pressão que Vossa Excelência sofre hoje, e consegue suportar, é pelos ensinamentos que teve no mundo das lutas. Tenho certeza de que o mundo das lutas faz parte hoje da sua caminhada, da sua forma de agir e do seu caráter.

O mundo das lutas nos ensina lealdade, fidelidade, espírito esportivo, superação de obstáculos, entre outras grandes virtudes. Inclusive, aproveito a oportunidade e evoco um salve ao seu mestre, uma das maiores referências no mundo das lutas em todo o país e em todos os cantos do mundo, grande mestre Fábio Gurgel, que ensinou muito ao nosso Vereador Marcos Braz, no Clube Federal e também ali na Visconde de Pirajá, se eu não me engano, no antigo Carinhoso, próximo ao bairro de Copacabana, não é isso? Bons tempos. Tive a oportunidade de passar por aquela academia do Jacaré.

Então, só finalizando aqui a minhas palavras, quero parabenizar também o mestre Rudimar Fedrigo, que fez um grande trabalho no Paraná, falando com os deputados da região.

Mudando de assunto, eu gostaria, Presidente Tânia, de registrar uma visita muito bacana que fiz, alguns meses atrás, a uma comunidade no Rio de Janeiro que ainda não conhecia. Uma comunidade que é de muito fácil acesso, mas que, por incrível que pareça, eu ainda não conhecia. É difícil algum lugar dessa cidade que eu não conheça, mas essa comunidade tão próxima a um bairro que eu moro, em que eu que eu tenho vários amigos, eu ainda não conhecia,

Tive uma felicidade enorme de conhecer a Comunidade Beira Rio, que fica na divisa entre a Barra da Tijuca e o Recreio. Tive a felicidade de conhecer Marivaldo, presidente da associação de moradores, que me pegou pelo braço e me levou para conhecer aquele lugar incrível que, por coincidência, centenas e centenas de cariocas que eu já conhecia moravam naquela região, moravam naquela comunidade, uma comunidade com em torno de 20 mil pessoas.

Você vai pegando Avenida das Américas, vai chegando perto ali do Barra Bali, do supermercado Mundial, você cai para direita. Inacreditavelmente você chega ali naquela comunidade, que fica em um monte, no meio de vários condomínios de classe média alta, condomínios de mansões. Ali, nós temos essa comunidade, que retrata muitos os abismos sociais do Município do Rio de Janeiro.

Eu fiquei muito preocupado, Presidente Tânia, com algumas questões que eu vi na Comunidade Beira Rio. Eu arrisco dizer, Presidente Tânia Bastos, que a Comunidade Beira Rio talvez seja, geograficamente falando, o lugar no Rio de Janeiro que tem o maior número de pessoas por metro quadrado. Ela é muito estreita, muito estreita, com milhares e milhares de moradores, de cariocas, inclusive conheço muitas pessoas ali naquela comunidade. Não imaginei que conhecesse tantas pessoas ali naquela comunidade.

Eu fiquei preocupado, Vereador Pedro Duarte, porque não existe área de lazer naquela comunidade; área de lazer, esporte, entretenimento, não existe um parque. Eu estou falando de milhares e milhares de crianças e adolescentes que ficam espremidos entre as mansões e os condomínios da Barra da Tijuca sem um trabalho de inclusão social por meio de esporte, sem uma área de lazer, sem um parque. Inacreditavelmente, Presidente Tânia Bastos, sem uma praça.

Conversei muito com o Secretário de Esportes alguns meses atrás, Guilherme Schleder, também com a Secretária atual Ana Laura. Fiz uma indicação parlamentar, pedindo atenção para aquela região.

Fui muito bem recebido pelo Secretário de Esporte Guilherme Schleder e pela Secretária Anna Laura, que se comprometeram a atender minha indicação parlamentar e implementar seja um equipamento público, seja uma academia da terceira idade ou uma academia de musculação, dessas que a Secretaria tem colocado no Anil, em Deodoro, no Grajaú.

Precisamos de algum tipo de lazer e entretenimento, algo que promova a saúde naquela região, na Comunidade Beira Rio, que fica entre a Barra da Tijuca e o Recreio.

É importante olharmos para aqueles 20 mil ou 30 mil cariocas que, hoje, estão em situação delicada. Geograficamente falando, é muita gente concentrada, e praticamente nenhuma área de lazer.

Então, eu não vou medir esforços, através de indicações parlamentares, através do Legislativo municipal, para levar melhorias para aquela região. Conto com a Secretaria de Esporte, de Assistência Social e, se Deus quiser, vamos ter em breve seja uma academia de musculação, seja um campo pequeno, seja um parque, algo que atenda aos milhares de cariocas daquela região.

Mais uma vez, agradeço de coração ao presidente Marivaldo por me apresentar um lugar tão especial da nossa cidade, pelo qual é importante termos mais atenção.

Obrigado, Presidente Tânia.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereador Marcelo Arar.

Não tendo o orador utilizado todo o tempo disponível, a Presidência franqueia a palavra.

Com a palavra franqueada, o Senhor Vereador Pablo Mello, que dispõe de três minutos.

O SR. PABLO MELLO – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, vereadores, vereadoras, servidores e servidoras da Casa e todos que nos acompanham pela Rio TV Câmara.

O motivo que me traz à Tribuna hoje diz respeito ao Projeto de Lei Complementar nº 12/2024, que trata da regulamentação dos serviços de aplicativo de transporte de passageiros.

Hoje, eu quero me manifestar em defesa dos motoristas de aplicativos. Essa tramitação no Congresso Federal que trata do Projeto de Lei Complementar nº 12/2024, como eu disse, que fala da contribuição do INSS e da regulamentação dos trabalhadores de Uber e dos trabalhadores da 99.

O projeto de lei tem se mostrado totalmente desvantajoso para quem trabalha neste formato, pois ele estabelece mecanismos como a obrigatoriedade de contribuição para o INSS, o pagamento da hora mínima no valor de R$ 32,10, além do descanso obrigatório, com possibilidade de exclusão do cadastro do aplicativo. Atualmente, esses motoristas alegam receber em média R$ 50 por hora e acreditam que as empresas vão baixar o valor se o projeto de lei for aprovado. A contribuição com INSS e com o sindicato não é interessante, já que os motoristas acreditam que estariam presos a essas instituições, e não se julgam serem representados.

Outro problema enfrentado é a completa falta de segurança. Hoje mesmo, a Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu três criminosos, acusados de extorquir motoristas de aplicativos no Complexo do Dendê, na Ilha do Governador. Os motoristas só podiam trafegar no local com a autorização e adesivo dos criminosos. Mas as prisões foram efetuadas somente após três meses de investigação. Hoje, o alerta do aplicativo direciona os motoristas para ligação com a polícia, o que é inviável, em caso de estar passando por uma tentativa de roubo ou furto naquele momento. O ideal seria que o botão do aplicativo que chamasse a polícia fosse diretamente acionado e atrelado à polícia, e não a necessidade de pegar o telefone e ligar para o 190.

Os motoristas também alegam que devem enviar as suas fotos várias vezes ao dia para confirmar a sua identidade para o aplicativo. Portanto, acreditam que a obrigatoriedade do passageiro se fotografar pode reduzir casos em que o celular é furtado e em que o carro é solicitado por terceiros que armam uma emboscada, impedir que assim o façam.

O meu encaminhamento para a Uber e para a empresa 99 para que pensem e ouçam, acolham esses representantes motoristas autônomos para que esse Projeto de Lei Complementar Federal possa contemplar a categoria de motoristas autônomos.

(Durante o discurso do Sr. Vereador Pablo Mello, assume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente, passemos ao Prolongamento do Expediente.

Passa-se ao

Prolongamento do Expediente

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Mesa dará ciência das proposições recebidas.

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3167/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à Dubladora, Atriz e Professora de Interpretação Selma Lopes.

Plenário Teotônio Villela, 11 de junho de 2024.

Rafael Aloisio Freitas

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3185/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto para o Festival do Rio, no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 4 de junho de 2024.

ÁTILA NUNES

VEREADOR / LÍDER DO GOVERNO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3186/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie ao atleta e professor Rodrigo Souza da Gama.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador Marcio Santos.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3187/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Movimento de Compositores Resistência.

Plenário Teotônio Villela, 4 de junho de 2023.

WILLIAM SIRI

VEREADOR

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3188/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie a Ernani Bevilaqua Contursi, 1º Vice-Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região-RJ.

Plenário Teotônio Villela, 13 de junho de 2024.

Rafael Aloisio Freitas

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3189/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Placa em Homenagem, Agradecimento e Reconhecimento de Servidor Público ao Senhor RICARDO DE AZEVEDO MARTINS – Auditor Chefe da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, por sua destacada atuação em prol da sociedade carioca.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Matheus Gabriel

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3190/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Eduardo Alberto Amarante Fernandes, EDUARDO AMARANTES - ESTILISTA.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Matheus Gabriel

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3191/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Ryan Santana dos Santos – MC RYAN SP.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Matheus Gabriel

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3192/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à MIRIAN MARA DA SILVA.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

VEREADOR WILLIAN COELHO

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3194/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Alexandre Marco Silva Campos.

Plenário Teotônio Villela, 11 de junho de 2024.

MARCIO RIBEIRO

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3195/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Patrícia Onida Nunes.

Plenário Teotônio Villela, 11 de junho de 2024.

MARCIO RIBEIRO

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3196/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Senhora Raphaela Pessoa de Menezes do Nascimento.

Plenário Teotônio Villela, 11 de junho de 2024.

MARCIO RIBEIRO

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3197/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Senhor Thairo Arruda.

Plenário Teotônio Villela, 11 de Junho de 2024.

Marcio Ribeiro

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3198/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão de Medalha do Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Ana Paula Januzzi Azevedo.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador Pablo Mello

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3199/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão de Medalha do Reconhecimento Chiquinha Gonzaga a Eralda Ferreira da Silva.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador Pablo Mello

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3200/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão do Título de Mérito Esportivo Mestre Hélio Gracie a Osvaldo Pereira.

Plenário Teotônio Villela, 11 de junho de 2024.

MARCIO RIBEIRO

Vereador

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3201/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Raphael Rangel das Chagas.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador Pablo Mello

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3202/2024**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a Concessão da Medalha de Mérito Pedro Ernesto a Joe Anderson da Silva Moreira.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador Pablo Mello

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3203/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão da Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga à SENHORA AZELINA VIANA DOS SANTOS.

Plenário Teotônio Villela, 13 de junho de 2024.

Vereadora LUCIANA BOITEUX  
PSOL

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3204/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto à Marinalva Silva Oliveira *(In memoriam),* por sua contribuição à sociedade carioca.

Plenário Teotônio Villela, 13 de junho de 2024.

Vereadora LUCIANA BOITEUX

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3205/2024**

**REQUEREMOS**à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto a Licinio Machado Rogério por sua destacada atuação em prol da sociedade carioca.

Plenário Teotônio Villela, 13 de junho de 2024  
  
Luciana Boiteux  
Vereadora  
  
Tainá de Paula  
Vereadora

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3206/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao Prof. Dr. Geraldo Luiz Mascarenhas Prado.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Luciana Boiteux  
Vereadora

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Registrando a abstenção do Vereador Pedro Duarte.

Passemos à proposição seguinte:

(LENDO)

**REQUERIMENTO Nº 3207/2024**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto ao O Jornal PPG Informativo.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.  
  
Luciana Boiteux  
Vereadora

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

(Comparecem ainda os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlos Bolsonaro, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Marcos Braz, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Pablo Mello, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Teresa Bergher, Thais Ferreira, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, William Siri e Willian Coelho).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Esgotada a matéria do Prolongamento do Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

A SRA. ROSA FERNANDES – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, a nobre Vereadora Rosa Fernandes, que dispõe de três minutos.

A SRA. ROSA FERNANDES – Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu queria chamar atenção para a produtividade desta Casa. A gente tem trabalhado bastante, aprovado vários projetos, principalmente do Executivo, que tem tido prioridade na pauta desta Casa; a gente tem tido algumas extraordinárias de projetos de maioria simples que não são polêmicos às quartas feiras, mas os demais projetos têm ficado se avolumando na pauta.

A nossa sugestão é, antes do recesso, possamos fazer uma extraordinária, talvez na terça-feira, estendendo o horário até terminar a pauta, para que a gente possa ter tranquilidade de ter os nossos projetos aprovados pelo menos em 1ª discussão.

Ocorre que, em outros momentos, isso só funcionou quando os senhores vereadores presentes aprovavam os seus projetos. Os ausentes teriam os seus adiados, e é dessa maneira que a gente consegue manter o quórum dentro do Plenário para aprovação dos projetos.

Então, fica aqui a sugestão, Presidente, para montarmos uma pauta para a próxima terça-feira que possa se estender até ao final da noite, aprovando todos os aqueles projetos que estão aí paralisados por conta das prioridades dos vetos que terminam, e medalha na terça-feira?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Vereadora Rosa Fernandes, já entendi a proposta de Vossa Excelência. A senhora sempre como uma grande líder de todos nós, sempre verbalizando a vontade deste Parlamento, vários vereadores estão indagando junto à Presidência sobre a última semana ser mais intensa, para poder aprovar os seus projetos. Se não houver medalha, a gente busca ter um esforço para a gente poder prorrogar a Sessão o máximo que for possível, acho que a gente poder fazer da forma que Vossa Excelência está sugerindo.

E trago a proposta para depois a gente falar sobre o Colégio de Líderes, se houver medalha, a gente pode convocar uma Extraordinária presencial para terça-feira, começando às 14h30 e fazer a extraordinária até às 19 horas, vamos dizer assim.

A SRA. ROSA FERNANDES – Eu acho que adianta bastante. A gente ganha duas horas de trabalho em votação, pode adiantar bastante essa pauta.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Respondendo a questão de ordem de Vossa Excelência, a data de medalha é da Vereadora Tainá de Paula. Até agora, no sistema, não tem nenhuma homenagem ou debate marcados, caso queira fazer, Vereadora Tainá de Paula. Então, depois, a gente faz um diálogo com ela se ela abre mão desse dia, e a gente pode criar duas opções: ou começar realmente às 14h30 e estendendo ao máximo...

A SRA. ROSA FERNANDES – Eu acho interessante que sejam as duas propostas, até terminar.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – ... até terminar, ou com ordinária às 16 horas, e vai até o horário que der. Aí depois, só se os vereadores puderem conversar aqui de forma informal no grupo dos líderes, a gente decide até o final do dia o que fazer.

A SRA. ROSA FERNANDES – Porque aí a gente pode utilizar também a quinta-feira para votar em 2ª discussão esses mesmos projetos, começando às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Só essa opção, ou a gente começa 14h30 a extraordinária presencial; ou começa às 16 horas a ordinária normal, com extensão da sessão por mais o tempo que...

A SRA. ROSA FERNANDES – Vossa Excelência pode consultar os senhores vereadores, e a necessidade de duas sessões para aprovarmos em 1ª e 2ª discussões. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado a Vossa Excelência.

Peço à Vereadora Tainá para depois, falar para a Vereadora Rosa Fernandes se abre mão ou não.

Passemos à primeira matéria:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL  
EM REGIME DE PRIORIDADE  
EM 2ª DISCUSSÃO  
EM 2ª SESSÃO  
EM VOTAÇÃO  
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 3046/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 107/2024), QUE "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".  
  
PARECER ÀS EMENDAS DE Nº 1 A 230 DA:  
  
Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira , FAVORÁVEL às Emendas nos 17 a 25, 27, 35 a 42, 44, 67, 100, 102 a 111, 113 a 118, 121, 129 a 132, 137 a 141, 145 a 165, 177, 187, 188, 190, 192 a 195, 200 a 202, 205, 215, 219, 224 e 227 a 230; FAVORÁVEL com Subemenda nº 1 à Emenda nº 26, FAVORÁVEL com Subemenda nº 2 à Emenda nº 43, FAVORÁVEL com Subemenda nº 3 à Emenda nº 61, FAVORÁVEL com Subemenda nº 4 à Emenda nº 62, FAVORÁVEL com Subemenda nº 5 à Emenda nº 64, FAVORÁVEL com Subemenda nº 6 à Emenda nº 68, FAVORÁVEL com Subemenda nº 7 à Emenda nº 69, FAVORÁVEL com Subemenda nº 8 à Emenda nº 70, FAVORÁVEL com Subemenda nº 9 à Emenda nº 71, FAVORÁVEL com Subemenda nº 10 à Emenda nº 72, FAVORÁVEL com Subemenda nº 11 à Emenda nº 73, FAVORÁVEL com Subemenda nº 12 à Emenda nº 143, FAVORÁVEL com Subemenda nº 13 à Emenda nº 144, FAVORÁVEL com Subemenda nº 14 à Emenda nº 218, FAVORÁVEL com Subemenda nº 15 à Emenda nº 223, FAVORÁVEL com Subemenda nº 16 à Emenda nº 225 e FAVORÁVEL com Subemenda nº 17 à Emenda nº 226 e CONTRÁRIO às Emendas n os 1 a 16, 28 a 34, 45 a 60, 63, 65, 66, 74 a 99, 101, 112, 119, 120, 122 a 128, 133 a 136, 142, 166 a 176, 178 a 186, 189, 191, 196 a 199, 203, 204, 206 a 214, 216, 217 e 220 a 222, Relatora Ver. Rosa Fernandes.  
\*Prazo em 30/06/2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

A matéria está em votação.

A Presidência vai anunciar os três requerimentos de destaque deferidos de plano, conforme o art. 302, parágrafo único do Regimento Interno:

(LENDO)

**REQUERIMENTO S/Nº**

REQUEIRO à Mesa Diretora, na forma regimental, o destaque para votação em separado da emenda nº 174 ao [Projeto de Lei nº 3.046/2024](Notes:///0325864700576D26/A6CD246684502DB90325863200569384/08C793EDAE79A1FC03258B00007111BB), de autoria do Poder Executivo.

Plenário Teotônio Villela, 18 de junho de 2024.

Vereador **WILLIAM SIRI** (PSOL)

**Com o apoio dos Senhores**

VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR PAULO MELLO, VEREADOR PAULO PINHEIRO, VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR ZICO, VEREADORA MONICA CUNHA, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TÂNIA BASTOS, VEREADORA TERESA BERGHER, VEREADORA THAIS FERREIRA

**REQUERIMENTO S/Nº**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, o destaque para votação em separado da subemenda nº 5 à [emenda aditiva nº 64](Notes:///0325864700576D26/AB87AE0E15E7DDDD0325863200569395/3B79F77C4B3154DB0325879C006ACA43), ao [Projeto de Lei nº 3046/2024](Notes:///0325864700576D26/A6CD246684502DB90325863200569384/D6E42D3B7E9DE9AE03258760007696D8), de autoria do Poder Executivo.

.

Plenário Teônio Villela, 20 de junho de 2024.

Vereador Átila Nunes

**Com o apoio dos Senhores**

VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO ARAR, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS BRAZ, VEREADOR MATHEUS GABRIEL, VEREADOR PABLO MELLO, VEREADOR ROCAL, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADOR ZICO, VEREADORA TÂNIA BASTOS

**REQUERIMENTO S/Nº**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, o destaque para votação em separado da [emenda aditiva nº 64](Notes:///0325864700576D26/AB87AE0E15E7DDDD0325863200569395/3B79F77C4B3154DB0325879C006ACA43), ao [Projeto de Lei nº 3046/2024](Notes:///0325864700576D26/A6CD246684502DB90325863200569384/D6E42D3B7E9DE9AE03258760007696D8), de autoria do Poder Executivo.

.

Plenário Teônio Villela, 20 de junho de 2024.

Vereador Átila Nunes

**Com o apoio dos Senhores**

VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR LUIZ RAMOS FILHO, VEREADOR MARCELO ARAR, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR MARCOS BRAZ, VEREADOR MATHEUS GABRIEL, VEREADOR PABLO MELLO, VEREADOR ROCAL, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADOR ZICO, VEREADORA TÂNIA BASTOS

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Em votação a Emenda nº 174 ao [Projeto de Lei nº 3.046/2024](Notes:///0325864700576D26/A6CD246684502DB90325863200569384/08C793EDAE79A1FC03258B00007111BB).

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Registrando a abstenção do Vereador Átila Nunes.

Em votação a subemenda nº 5 à Emenda Aditiva nº 64.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Pedro Duarte.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Cesar Maia, Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Marcos Braz, Monica Cunha, Pedro Duarte, Teresa Bergher, Thais Ferreira e William Siri 9 (nove); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 30 (trinta). Presentes 40 (quarenta) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 39 (trinta e nove) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 40 (quarenta) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram NÃO 30 (trinta) senhores vereadores; SIM 9 (nove) senhores vereadores.

A Subemenda nº 5 à Emenda nº 64 está rejeitada e segue ao arquivo.

Em votação a Emenda nº 64.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Solicitada verificação nominal de votação pelo Vereador Pedro Duarte.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) **–** Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Dr. Rogério Amorim, Monica Cunha, Pedro Duarte, Teresa Bergher, Thais Ferreira e William Siri 6 (seis); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcos Braz, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tânia Bastos, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 26 (vinte e seis). Presentes 33 (trinta e três) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 32 (trinta e dois) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) **–** Presentes 33 (trinta e três) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 6 (seis) senhores vereadores; NÃO, 26 (vinte e seis) senhores vereadores.

A Emenda nº 64 está rejeitada e segue ao arquivo.

São consideradas aprovadas as emendas com parecer favorável e rejeitadas aquelas com parecer contrário, que seguem ao arquivo.

Em votação o projeto assim emendado e subemendado.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada verificação nominal de votação pelos Vereadores Dr. Rogério Amorim e Pedro Duarte.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Waldir Brazão, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 33 (trinta e três); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Marcos Braz, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Thais Ferreira e William Siri 8 (oito). Presentes 42 (quarenta e dois) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 41 (quarenta e um) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 42 (quarenta e dois) senhores vereadores. Votaram SIM 33 (trinta e três) senhores vereadores; NÃO 8 (oito) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 3046/2024, assim emendado e subemendado, está aprovado e segue à redação final.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Muito obrigado, Presidente, pela palavra.

Acabamos de ter uma emenda de minha autoria que foi destacada pela liderança de governo e rejeitada. Eu gostaria aqui da atenção, Vereadora Rosa Fernandes, que presidiu a Comissão de Orçamento no debate, Vereador Átila Nunes, Líder de Governo. Rejeitar essa emenda é a prova da incompetência desse governo. Por quê? Já são três anos, Presidente, que eu peço uma lista, uma lista dos imóveis que a Prefeitura aluga para os outros, imóveis dos quais ela é dona, que ela aluga, recebe. E a resposta oficial, eu não quis nem dizer isso na reunião da Comissão de Orçamento porque eu falei: tem técnicos aqui da Fazenda, eu vou constrangê-los por expor essa incompetência. Mas eu tenho a resposta do requerimento de informação, dito que eles, da Fazenda, não têm o controle dos aluguéis. Parou. Não temos essa lista. Não temos o compilado de quais os nossos imóveis estão alugados e para quem estão alugados. Não temos isso!

E aí a emenda que nós aprovamos, depois de expor essa incompetência, daria tempo, até a LOA, de a Prefeitura mandar uma coisa muito simples, uma lista dos imóveis dos quais ela é proprietária e que ela aluga para alguém. Não pedimos nada, nada além disso. Mas pelo visto a emenda é tão aterrorizante para a equipe da Secretaria de Fazenda que a primeira reação foi destacar essa única emenda e rejeitá-la. Vereador Marcio Ribeiro, uma emenda que dizia, única e exclusivamente, isso: mande na LOA, daqui a seis meses, a lista de imóveis que a Prefeitura é dona e aluga para alguém. Uma lista que eu já pedi por requerimento de informação e tive uma resposta oficial, de que não tem o controle sobre isso.

E aí, muito sinceramente, a única palavra que descreve isso é a incompetência. E de uma emenda que foi discutida na reunião do orçamento, com membros da Fazenda, com outros vereadores presentes, foi aprovada, veio a Plenário e, de último minuto, a liderança de governo, sem sequer conversar... “Pedro vamos dar mais tempo, vamos mudar um ponto ou outro”. Simplesmente rejeitou. Então, é a prova da incompetência da Secretaria de Fazenda, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Dr. Gilberto, a convite)

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, Senhor Presidente.

Em relação a esta LDO, eu fico profundamente constrangido, e até mesmo perplexo, porque todas as emendas foram sumariamente eliminadas, caso não fossem de interesse do governo. O mais curioso ainda é que muitos daqui da Casa que ajudaram na eliminação dessas emendas vão usá-las no período eleitoral, que se aproxima. Vou dar um exemplo: todas as emendas de planos de cargos, carreiras e salários foram derrubadas sem qualquer tipo de diálogo. Mas vão pedir voto para a Saúde, para a Defesa Civil, para a Guarda Municipal... e nem sequer se permitiu o diálogo de um plano de cargos, carreiras e salários, porque nem sequer destacar essas emendas nos foi permitido pelo governo e pelos seus vereadores. Mas na hora de pedir voto, vão lá à Guarda Municipal, vão à Defesa Civil, vão às carreiras da Saúde, vão falar: “não, mas, no ano que vem, nós vamos lutar, sim, pelo plano de cargos, carreiras e salários”. Então, é só ter um critério bem definido.

Em relação ao que o nobre Vereador Pedro Duarte falou, das emendas de transparência dos imóveis, é sinal – eu não diria da incompetência, não, incompetente a Prefeitura é, de fato, basta ver a cidade, governada por esse mesmo grupo político há mais de 12 anos, fica claro o caos que está. É sempre culpa de outro. Mas o caos que a cidade está, luz que pisca, posto de saúde que não tem médico, a fila do SisReg, que não anda, é falso especialista nos hospitais, um total descaso com a segurança pública, transporte que não funciona... Isso já mostra a incompetência da atual Prefeitura.

Mas fico triste porque não tem diálogo com esta Casa, porque esta Casa se permitiu a isso. Tão simplesmente, tudo que vem do Executivo passa tranquilamente por esta Casa, sem qualquer tipo de discussão. Simplesmente passa porque mandou que passasse. Hoje em dia, nem nome de rua mais esta Casa tem a permissão de dar, porque é vetada. Hoje em dia, esta Casa não discute mais orçamento, porque é vetado. Não se tem mais destaque, porque a liderança e os vereadores não assinam mais. Essa é a realidade, essa é a grande realidade.

Antigamente, falava-se: “Não, daqui a pouco vai servir só para dar nome de rua” – e nem para isso serve mais, porque é vetado.

Então, eu clamo por isso: hoje o chefe do Executivo é um; amanhã será outro. Hoje alguns estão de um lado, amanhã estarão de outro. Mas esta Casa tem que permanecer soberana. Afinal de contas, para a democracia existir, esta Casa tem que ser forte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. GILBERTO) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhor Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, boa tarde.

Acho que era importante pelo menos ouvir o que nós estamos falando. Acabou de falar o Vereador Dr. Rogério Amorim, que tem posições radicalmente contrárias à nossa. Mas esta Casa, hoje – eu estou aqui parado, pensando... eu comecei a lembrar, sabe de quem? Dos tempos em que a liderança era o Dr. Jairinho. Trouxemos de volta os tempos do Dr. Jairinho na liderança.

Eu senti, inclusive, uma dificuldade, um constrangimento no rosto de vários vereadores, que até gostariam de assinar. Nós conseguimos – e queria agradecer aos 16 vereadores que assinaram o nosso pedido de destaque para uma emenda que todos conhecem, não é nada de novo. Nós estamos discutindo aqui não é o orçamento, nós estamos discutindo diretrizes para o orçamento. Todos os vereadores aqui dizem, quando são pressionados pelos servidores públicos, que são favoráveis ao servidor público, são favoráveis a um plano de cargos que, há 10 anos – Há 10 anos! – transita nesta Casa. Nem no Governo Eduardo Paes nem no Governo Crivella, até porque alguns são os mesmos, de um governo e de outro, a gente não conseguiu aprová-lo.

Hoje se inaugurou uma coisa diferente: hoje não é mais nem aprovar, que não se pode mais, não se pode mais ter o direito democrático de discuti, por quê? Porque parece que os vereadores não querem que ninguém saiba que eles são contrários ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários do servidor público.

Nós não conseguimos as 17 assinaturas, com a cara de constrangimento de, pelo menos, quatro, cinco vereadores que estavam prontos para assinar, e o governo mandou não assinar. Triste! Triste rememoração dos tempos do Dr. Jairinho como Líder do Governo. Triste! Aqui hoje não está sendo permitido que se discuta. O que nós queríamos era o direito de vir ao microfone e discutir por que nós estávamos apresentando uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias, duas emendas sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. O governo não quer dar, que o governo peite, diga isso publicamente. Os vereadores têm que, publicamente, aceitar que hoje a maior parte – a exceção dos 16 que assinaram –, os outros estão dizendo para o servidor público: “Nós não queremos plano de cargos para vocês. Não vamos mentir mais”.

A mentira é a pior coisa que pode acontecer na política, e hoje nós estamos aqui clareando uma mentira. A maior parte dos vendedores desta Casa não quer o plano de cargos para os servidores municipais. Assumam isso publicamente! Assumam! Não se escondam numa atitude antidemocrática de impedir que nós possamos ter a possibilidade de dizer por que a gente quer um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Lamentável hoje para mim. Uma das maiores derrotas que a democracia teve nesta Casa aconteceu hoje comigo e com outros vereadores da Casa que não são da base do governo.

Obrigado àqueles que assinaram. E aqueles que ficaram constrangidos, eu lamento profundamente o constrangimento. Mas em ano de eleição às vezes a gente faz o que a nossa ética não manda. Obrigado.

(Reassume a Presidência o Sr. Vereador Carlo Caiado, Presidente)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

O SR. MARCOS BRAZ – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nosso grande amigo Vereador Marcos Braz, que dispõe de três minutos. Estou muito feliz por Vossa Excelência estar aqui. Espero que esteja melhor.

O SR. MARCOS BRAZ – Estou melhor. Boa tarde a todos os companheiros!

Eu estive atentamente ouvindo o nobre Vereador Pedro Duarte. Eu gostaria de lhe falar, Pedro, que você não é o único nesses requerimentos que não são atendidos. Eles são coerentes, eles fazem isso bem certinho com todos nós. Desde o primeiro dia do meu mandato, eu fiz um requerimento à Secretaria de Fazenda para saber os 20 maiores clubes devedores de ISS e IPTU no Rio de Janeiro. E quando eu pedi essa lista não era nada para o Vasco, Flamengo ou para o Botafogo. Eu sei onde estava pedindo, eu sei o que estava fazendo. Até hoje, até hoje – eu estou no meu quarto ano de mandato –, eu não consegui nenhuma resposta da Secretaria de Fazenda desses 20 clubes devedores, maiores devedores de IPTU e ISS. E quando respondem, respondem sem informação nenhuma.

Eu fiz mais de 20 requerimentos. E, mais uma vez, eu não estou falando aqui do Vasco, Flamengo ou do Botafogo. Eu sei o que estou pedindo, eu sei o que estou falando. Mas eu vou até o último dia fazendo o requerimento e não sendo atendido, como o senhor, Vereador Pedro Duarte, como todos os outros aqui. Mas vamos embora. Aqui a Casa, e muito, é complacente com o governo em várias situações.

Então, a gente não pode reclamar. O que a gente tem que fazer é entender que pessoas aqui dentro e companheiros nossos também são complacentes com a não vinda dessas informações. Então, a gente tem que conviver e aprender com isso.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Pedro Duarte, líder do Novo, que dispõe de cinco minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, apenas dando continuidade aqui à fala do nobre Vereador Marcos Braz e compartilhar da frustração dos vários requerimentos de informação. Acho que o Vereador Dr. Rogério Amorim sempre pontuou muito bem, como aquela alegoria, aquela metáfora do sapo que entra na panela quente e não vai percebendo o que vai acontecendo.

Acredito que, ao longo dos quatro anos, dos meus primeiros quatro anos... Imagino o Vereador Paulo Pinheiro que tem essa frustração já de muitos mais mandatos, inclusive é lembrado por um caso curioso de que, ao final de certa legislatura, ao final de outro governo do Prefeito Eduardo Paes, o senhor recebeu caixas, caixas e caixas de requerimentos de informação acumulados ao longo de anos – a Vereadora Teresa Bergher também sempre muito atuante nessa pauta. Hoje, depois desse caso absurdo que teve e de vários outros, não foi uma exclusividade.

Mas o mínimo diálogo que o governo poderia fazer, que já fez outras vezes, que você até pensa assim: bom, eu estou apanhando, mas pelo menos avisaram que iam bater. Porque às vezes o governo fala: "Oh, a gente vai tirar o seu projeto da pauta", "Oh, a gente vai pedir adiamento", "Oh, vai fazer A, B, C, D". E, dessa vez, não teve nenhum aviso, não teve nenhuma conversa de uma coisa que, repito, insisto, estive presente na reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, debati por quase meia hora com o representante da Fazenda. A Vereadora Rosa Fernandes estava presente, foi, voltou, foi, voltou, e conseguimos, e agradeço a ela, a aprovação naquela Comissão.

E, mais uma vez, com outros vereadores presentes, com membros da Secretaria de Fazenda presentes, uma medida simples de transparência, uma lista de imóveis. Vereador Edson Santos, de imóveis que a Prefeitura é dona e que eu perguntei: aluga pra quem? Por quanto? Quanto arrecada? Vereador Vitor Hugo, imagine se alguma imobiliária, mínima, não estou falando de nenhuma grande, não, uma imobiliária de esquina, não tem lá uma planilha de Excel que ela fala: "Olha, eu sou dona de 100 imóveis ou administro 100 imóveis. Esses 80 aqui estão alugados. Aqui do lado estão os contratos. Esse paga R$ 2.000, esse paga R$ 2.800, esse está atrasado dois meses, três meses." Uma planilha muito simples, simples, que qualquer imobiliária de esquina vai ter. E aí a Prefeitura do Rio de Janeiro diz que não tem. Ela diz: "Eu não tenho esse controle dos imóveis, eu não sei todos os contratos que eu tenho, quem está alugando, se está atualizado, se não está."

E aí nós, vereadores, como fiscalizamos? Porque isso é um ponto muito importante, é um poder muito importante, Vereadora Monica Cunha, porque a Prefeitura vai e tem 7.000 imóveis. "Ah, esse aqui é meu amigo, eu alugo; esse aqui é um parceiro, eu alugo." Aí, eu vou renovando o contrato. Como é que eu vou lá fiscalizar, saber se está ou não está alugado? Tendo uma lista, com o valor e a localização, a gente pode ir lá e ver. Não, de fato, está bem alugado, quem está aqui montou um negócio direitinho ou é uma ONG que faz um trabalho bacana. Está funcionando. Assim como a gente poderia ir lá e descobrir, na verdade, que é um aluguel fantasma, porque alguém diz que está alugando e o prédio está caindo aos pedaços. Só que essa fiscalização hoje é completamente impossível. Eu a faço às vezes, e já renderam várias matérias de jornal, completamente ao acaso. Eu vou e pego uma lista de 40 imóveis em um bairro e começo a visitar um a um, um a um. E aí eu já vi de tudo, já vi de absolutamente tudo, tanto que já saíram matérias de jornais sobre isso. E no sistema da Prefeitura estava lá que era um terreno baldio, e tinha um prédio construído. Ué, mas no sistema da Prefeitura aqui é um terreno baldio.

É o mínimo, mínimo, mínimo de organização e de transparência que a gente exigiu da Prefeitura. E aí, depois de aprovar na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, sorrateiramente, a liderança de governo vem, apresenta emenda, sem conversar e tira isso. E aí eu pergunto: do que a Prefeitura tem medo? Medo de dizer para quem ela está alugando os imóveis e por quanto? Porque é a única explicação que eu consigo imaginar. Ou é a mais completa incompetência de, realmente, não tenho, não vou fazer, não pretender fazer, e assim vai continuar pelos próximos anos, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA  
EM 2ª DISCUSSÃO  
QUÓRUM: MA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 163/2024 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE "REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 16 DE JANEIRO DE 2024, ESTABELECE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES E ACRÉSCIMOS NAS EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

\*Incluído pelo Vereador Átila Nunes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PEDRO DUARTE – Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pela ordem, o nobre Vereador Pedro Duarte, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Solicito o adiamento da discussão da matéria por uma Sessão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitado o adiamento da discussão da matéria pelo nobre Vereador Pedro Duarte.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Átila Nunes.

(Os senhores vereadores registram os seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Dr. Rogério Amorim, Luciana Boiteux, Marcos Braz, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Teresa Bergher e Thais Ferreira 8 (oito); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias e Willian Coelho 28 (vinte e oito). Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 36 (trinta e seis) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 37 (trinta e sete senhores vereadores). Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 8 (oito) senhores vereadores; votaram NÃO 28 (vinte e oito) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro, que dispõe de três minutos.

O SR. PAULO PINHEIRO – Presidente Caiado, vereadoras, vereadores, boa tarde.

Depois dessa traumática votação da LDO, vamos ver se, pelo menos, o resto do mandato a gente pode fazer com um pouco mais de democracia, liberdade e autonomia.

Eu queria – ainda não é proibido fazer isso – convidar todos os vereadores e as vereadoras da Casa para estarem presentes aqui na próxima terça-feira, dia 25 de junho, a partir das 10h30, pois nós vamos ter uma Audiência Pública da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social, que é composta por mim, pelo Vereador Dr. Carlos Eduardo, e pelo Vereador Dr. João Ricardo.

Nós vamos discutir, pela segunda vez neste ano, a questão do grave problema que enfrentam os hospitais federais aqui no Rio de Janeiro. E por que a Câmara vai discutir os hospitais federais? Porque o usuário dos hospitais federais é um munícipe, é um cidadão do Rio de Janeiro. As reclamações que todos os senhores recebem em seus gabinetes, que a Casa, numa reunião que fez com a Ministra, disse que tem recebido muitas reclamações, pacientes com câncer, que não podem ser atendidos porque não tem quimioterápico no hospital; pacientes que precisam fazer exames, colocação de marca passo; pacientes com cirurgias ortopédicas de alta necessidade de rápida cirurgia; pacientes hematológicos. Ou seja, nós estamos, hoje, no Rio de Janeiro, passando por um gravíssimo problema, que é o não funcionamento da rede de seis hospitais federais e três institutos que têm lugar aqui no Rio de Janeiro.

Tivemos a péssima notícia, na semana passada, de que o Governo Federal resolveu assinar a primeira parceria público-privada da Saúde no Rio de Janeiro, na área federal.

Infelizmente, o Governo Federal vai construir o anexo do Hospital do Câncer, onde era o antigo Instituto de Assistência dos Servidores (Iaserj), por meio de uma parceria público-privada. É inacreditável, mas é verdade.

O Governo Federal acaba – quem assinou isso na última semana foi o Presidente em exercício, Geraldo Alckmin, autorizando a parceria público-privada que fará a construção do anexo do INCA.

Os hospitais federais passam por gravíssima situação: leitos fechados – hoje temos 53% da rede federal está com leitos ocupados, 47% dos leitos estão vazios. Enquanto isso, as pessoas estão morrendo, porque não se conseguem internar, 600 pacientes com perfil de atendimento na rede federal estão internados em hospitais municipais, ocupando um leito de emergência que não é o leito para essa finalidade, e não poderia prestar esse atendimento.

Nós fizemos o convite à Ministra Nísia, pedimos que ela ou algum representante estivesse presente. Lamentavelmente, na última audiência eles não vieram e não explicaram por que não vieram. Tinham combinado que mandariam um representante, e o representante não apareceu.

Desta vez, nós tomamos o cuidado de conversar inicialmente com o Ministério da Saúde, conversamos com a representante do Ministério no Rio de Janeiro, a Doutora Tereza Navarro, explicando a importância.

Nós precisamos saber o que o Ministério da Saúde vai fazer com os seis hospitais federais. O que vai fazer? Nós não estamos nem colocando se somos a favor ou contra, nós queremos saber o que vai acontecer. Porque depois, a ministra criou um grupo de estudos, trouxe aqui o grupo Conceição do Rio Grande do Sul, a Fiocruz, mais a Ebserh, mas não dá uma definição.

Há dois meses, a ministra deu uma entrevista coletiva dizendo da situação grave que ela encontrou. É verdade, é um problema muito antigo, mas que precisa ser resolvido pelo governo agora. O que o Ministério da Saúde vai fazer? Vai manter o esquema de atendimento que tem hoje? Vai entregar para a Prefeitura os hospitais? Vai entregar para o Governo do Estado? Vai entregar para a Ebserh? Vai fazer uma parceria público-privada?

Nós precisamos, depois de dois meses de estudo, não é possível que esses técnicos não tenham chegado a uma conclusão. Então, na próxima terça-feira, nós esperamos, convidamos todos os servidores públicos federais para estarem aqui presentes e os representantes do Ministério da Saúde, para que a gente possa entender o que vai acontecer com o Hospital da Lagoa.

Ontem, visitei o Hospital da Lagoa, mais de 50 leitos fechados com corrente e cadeado, porque não tem nem manutenção nem profissionais de saúde. O centro cirúrgico, três salas fechadas, porque não tem foco para operar o paciente. E assim é no Hospital dos Servidores, e assim é no Hospital do Andaraí, no Hospital de Bonsucesso, no Hospital da Lagoa, no Hospital de Ipanema e no Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá.

Espero que para aqueles interessados, será uma Audiência híbrida, e aqueles que quiserem participar estão convidados, para que a Comissão de Saúde possa ter uma informação para dizer para aqueles que vêm nos cobrar o atendimento. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador.

Em discussão.

O SR. ROCAL – Para discutir a matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir a matéria, o nobre Vereador Rocal, que dispõe de 15 minutos.

O SR. ROCAL – Senhor Presidente, nobre Vereador Carlo Caiado, senhoras vereadoras, senhores vereadores, eu subo a esta Tribuna nesta tarde de hoje para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 163/2024, que regulamenta os instrumentos previstos pela Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024, e estabelece condições especiais para o licenciamento de construções e acréscimos das edificações no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

E exatamente, Senhor Presidente, por estabelecer condições especiais para licenciamento de construções e acréscimos é que eu subo esta Tribuna na tarde de hoje. Por que estou falando isso? Estou de posse de uma resposta de um requerimento de informações, onde o meu questionamento para a Prefeitura é exatamente conhecer quantos empreendimentos imobiliários estão licenciados na área da AP-5: Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Bangu, Realengo, mas principalmente Campo Grande, a AP-5.2, no que tange, de 2015 para cá, que foi exatamente o momento em que assumi aqui o mandato de vereador.

Só na Estrada dos Caboclos, nós temos aqui, de 2015 até hoje, 25 empreendimentos imobiliários licenciados. Na Estrada do Moinho, em Campo Grande, nós temos 19 empreendimentos imobiliários. Já na Estrada do Cabuçu, nós temos 20. Isso mais ou menos prova que a população tem optado por morar em Campo Grande. Que bom e sejam sempre bem-vindos. Já é o bairro mais populoso do Brasil e vai ser cada vez mais se a população optar por morar no bairro de Campo Grande.

Pois bem, o que tem acontecido com recorrência? No projeto que eles apresentam para vender seu apartamento, eu trouxe um aqui, bonito, bem colorido, dizendo o que vai acontecer, o que não vai acontecer. Esse aqui é o Parque dos Ipês, na Estrada dos Caboclos. No papel tudo é lindo, mas, ao conhecer o projeto de perto, eles citam aqui um empreendimento para 400 unidades.

Quando chegarem a 500 unidades, o que eles fazem? Colocam 499, para não ter a contrapartida, para não deixar a área pública, para não construir a escola, para não construir a creche, para não construir uma unidade de saúde, para não construir uma escola próxima. Então, essa é a malandragem.

Quando você apresenta um projeto “venha morar em Campo Grande” e você tira uma unidade para não ter a contrapartida, você sobrecarrega as unidades públicas existentes.

Eu posso dizer, como no exemplo da Estrada dos Caboclos, que na Escola Municipal Nereu Ramos havia turno único, até 14h30, para 110 crianças. Com o advento desses empreendimentos imobiliários, a escola deixou de ser turno único, passou a ser turno parcial e hoje a escola tem nada mais, nada menos do que 485 crianças.

A estrada principal, essa do empreendimento imobiliário, não tem um saneamento básico. A contrapartida seria tratar o rio que passa logo atrás do empreendimento imobiliário, que também não está na contrapartida.

Então, vai vir com certeza uma população que não conhece Campo Grande, que desconhece que a linha de ônibus ali é irregular e não atende plenamente à população que já existe ali, há mais de 20 anos. Não vai ter vaga na escola, nobre Vereadora Luciana Boiteux, da Comissão de Educação. Aí, a criança vai ter que andar pelo menos 8 km até acessar a escola mais próxima.

Quando você chega na Estrada do Campinho, a situação é pior ainda, por quê? Nós já temos hoje uma escola, a Escola Augusto Vasconcelos, que compartilha o prédio com o Ginásio Experimental Tecnológico Mario Aguiar. Então, você imagina que o formato que eles apresentam é o mesmo *modus operandi*: “vai lá conhecer, venha morar em Campo Grande; facilitamos em 10 anos, 20 anos 30 anos”.

Aí a pessoa, claro, vai sair, a grande maioria sai aqui da Tijuca, dessa região aqui da cidade, vai para lá, e não tem escola.

A escola que eles indicam no mapa é exatamente a Escola Compartilhada Augusto Vasconcelos, o GET Mario Aguiar, o posto de saúde atrás do Ciep da Estrada do Campinho.

Quando a gente fala de ter a contrapartida, de realmente fazer com que sejam estabelecidas condições especiais para o licenciamento, o que eu proponho na minha emenda é que não seja de graça e que não tenha malandragem de tirar uma unidade para poder construir em Campo Grande.

Então, a minha proposta da emenda é exatamente essa: “Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário, passando a ter a seguinte redação”. Atenção aí,principalmente a galera da Zona Oeste. E aí eu estou dizendo exclusivamente, como bem diz o Vereador Zico, a Zona Oeste “raiz”: “Na Área de Planejamento 5, a licença de construção de edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto dependerá da transferência gratuita ao município de lote e de equipamento público e comunitário, atendendo o seguinte: i) edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto, com 500 ou mais unidades residenciais e menos de mil unidades residenciais, um equipamento com os padrões estabelecidos pelo órgão responsável, relacionados com o número de unidades residenciais desse grupamento”.

Se você vai colocar ali quatrocentas famílias, tem que ter espaço para colocar a criança na escola; que tenha, de fato, uma unidade de saúde mais próxima que possa atender essa população; que possa, de fato, prever o saneamento básico dessa população que está chegando. Continuando: “ii) edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto, com mil ou mais unidades residenciais, um equipamento, como disposto no inciso anterior, mais outro nos padrões do primeiro, para cada mil unidades residenciais ou fração que exceder a mil unidades residências”.

O SR. PEDRO DUARTE – Um aparte, por favor, Vereador Rocal.

O SR. ROCAL – O nobre Vereador Pedro Duarte pede um aparte. Com certeza, estou concedendo.

O SR. PEDRO DUARTE – Muito obrigado, Vereador Rocal.

Eu não queria atrapalhar a linha de raciocínio. Estava aguardando aqui o melhor momento para poder fazer a fala.

Só gostaria de lembrar, como disse antes, na Sala das Comissões, quando estávamos debatendo o projeto, que, muitas vezes, a própria Prefeitura faz uma tabela com relação ao que seria o valor dessa escola. A RioUrbe considera que uma escola vale R$ 10 milhões. É muito comum a Prefeitura, ao invés de determinar a construção da escola, na verdade fala: “Não, me pague”.

Então, tem um viés de arrecadação – que é o viés, inclusive, desse projeto aqui hoje – muito grande. E aí, quem paga? Não é a construtora que paga. Quem paga é a pessoa que vai comprar aquela unidade do Minha Casa Minha Vida. Porque, vamos lá: 500 unidades, como o senhor bem disse, é o corte. Vai ter que pagar uma escola que custa R$ 10 milhões, pela tabela da Prefeitura.

Vamos dividir R$ 10 milhões por 500 unidades. Dá R$ 20 mil por unidade. Ao invés de vender por R$ 280 mil a unidade, R$ 300 mil a unidade, ele vai vender por R$ 20 mil a mais. Os R$ 280 mil vão virar R$ 300 mil e os R$ 300 mil vão virar R$ 320 mil. Então, isso aí é o consumidor... Eu entendo o ponto. Mas a opção que a gente vai tomar aqui é simplesmente: o apartamento que poderia estar saindo um pouco mais barato, para a gente sanar o nosso déficit habitacional; para as pessoas conseguirem pagar essa parcela; vão pagar por essa escola. O incorporador não paga. Ele passa o preço adiante.

Muito obrigado.

O SR. ROCAL – Obrigado pela contribuição, nobre Vereador Pedro Duarte.

Mas eu quero destacar o seguinte: se o empreendimento imobiliário quiser construir, e não quiser pagar, ele pode. O que não pode é não ofertar vaga para aluno. O que não pode é não ofertar a área de saúde para quem vai chegar lá. E digo mais um pouco, nobre Vereador Pedro Duarte: em Campo Grande, um terreno simples de 10 m x 20 m, de 200 m², já está de R$ 120 a R$ 180 mil. Então, quando alguém se propõe a morar em Campo Grande, vai pagar de R$ 280 a R$ 300 mil.

Sabe por que ele vai pagar? Porque ele vai ter condições, de fato, de ter os serviços públicos no seu entorno, e vai dar maior qualidade de vida. Porque ninguém vai morar em Campo Grande, nobre vereador, porque é um lugar somente lindo e maravilhoso – também é –, mas é porque é um lugar tranquilo; é um lugar que oferece realmente condições dignas. É uma cidade dentro de outra cidade.

Então, não existe almoço grátis. De fato, se a pessoa vai para lá, e quer desfrutar do Parque Estadual da Pedra Branca, um exemplo, lá dentro do Rio da Prata; do Polo Gastronômico; dos dois shoppings de Campo Grande; de tudo de maravilhoso que tem em Campo Grande, isso tem um custo. Nós, que moramos lá, já pagamos esse custo.

O que nós não queremos é que, de fato, esse tipo de condições especiais não tragam nada de benefício para aquela população de Campo Grande.

Então, terminando aqui a minha emenda, o inciso III diz o seguinte: “A cada equipamento corresponderá um lote obedecendo às disposições da Seção III do Capítulo III do Título IV da Lei Complementar nº 270, de 2024”.

Por último, o parágrafo único, pra fechar: “Das edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto com menos de 500 unidades residenciais será exigida obrigação proporcional às obrigações estabelecidas neste artigo”. Por que isso? Porque também a malandragem vai acabar. O cara não vai mais pedir o licenciamento de 499 unidades, porque sabe que, se chegar em 500, vai ter que deixar a contrapartida. “Então vou tirar uma unidade, porque aí eu vou ficar na boa!” Não! Vai ser proporcional ao número de licenciamento do empreendimento que ele fizer. Se for de 300, vai ter um parâmetro. Se for de 400, outro parâmetro. Se for 500, outro parâmetro. Aí sim! Você vai trazer a população para morar em Campo Grande, dentro de uma qualidade que o bairro tanto precisa e exige.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Rocal.

Para discutir, a nobre Vereadora Luciana Boiteux, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. LUCIANA BOITEUX – Boa tarde, Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores.

Nós voltamos aqui à discussão do Projeto de Lei Complementar que vem mais uma vez flexibilizar as regras da nossa já combalida Cidade do Rio de Janeiro, realmente definida como “o purgatório da beleza e do caos”.

O que nós temos na Cidade do Rio de Janeiro é um verdadeiro caos urbanístico que vai se agravando a cada dia. Quando a gente acha que a Mais Valia já tinha causado um problema grave, veio a Mais Valerá, veio o Plano Diretor desestruturando todo o planejamento ambiental. E agora certamente não será a última medida enviada.

Mas nós temos aqui “condições especiais para o licenciamento de construções e acréscimos nas edificações no Município do Rio de Janeiro”. É um PLC, um projeto de lei complementar que vai, então, prever a flexibilização no último grau: a potência da Mais Valia triplicada, colocada ao cubo.

Somos absolutamente contrários a esse projeto, como já tive a oportunidade de me pronunciar aqui antes. Não concordamos com essa tática de passar a boiada e tratorar qualquer tipo de posição, de modificação urbanística, impondo uma lógica de lucro para a Prefeitura e de prejuízo para a cidade.

Nós vamos ser cobrados no futuro. E eu justamente me inscrevi para falar, porque eu acho que isso precisa ficar registrado nos anais desta Casa, no Diário Oficial do Município, Vereador Paulo Pinheiro, para que, no futuro, depois que essa boiada passar e que esta cidade cada vez estiver mais caótica, cada vez tiver menos condições de circulação pela cidade onde as construções e a lógica do lucro forem tomando todas as etapas mínimas que ainda se tinha de conseguir conter essa voraz especulação imobiliária...

Pois bem, vai ficar aqui registrado o voto da Vereadora Luciana Boiteux no sentido de dizer que eu não posso, assim como o PSOL, nós não iremos concordar com essa lógica.

Vejam, em resumo, o que está dito nesse projeto é “pagando, podemos violar qualquer regra urbanística”. E a Prefeitura está feliz com isso, porque a meta é aumentar a arrecadação, não é proteger a cidade, não é ter uma política pública para esta cidade.

Diversas restrições importantes e necessárias, como circulação de ar, impacto na iluminação, na temperatura, poderão ser desconsideradas, caso seja pago um valor à Prefeitura. Um valor à Prefeitura que vai ser usado não nos benefícios para a própria cidade, mas esse valor vai acabar tendo que ser usado para dar conta do que a cidade vai ser transformada, seja trânsito, sejam piores condições de circulação de pessoas pela cidade.

Essa desregulamentação também será seletiva, pois quem puder pagar poderá se beneficiar e poderá ter direito a não respeitar a lei. E quem não puder pagar não vai poder desrespeitar a lei. É a mais valia também nesse sentido da exploração dos benefícios de quem pode pagar, das elites desta cidade e das elites do 1%, que são as construtoras, esse mercado imobiliário. Os 99% da população serão prejudicados para o lucro do 1%, e a Prefeitura aqui age como agente do mercado, e não como Poder Público.

A obrigação do poder público é impor limite, é construir políticas públicas de proteção ambiental e de planejamento urbano, mas aqui a Prefeitura virou agente imobiliário nesta cidade. Isso é um absurdo. Vejam, o que temos hoje é a mercantilização total da cidade, deixando de lado o que deveria ser garantido: um planejamento urbano responsável e inclusivo. Um planejamento urbano que pense as áreas da cidade que têm demandas e que essas partes da cidade possam ser atendidas, e não um planejamento que se volta para o mercado para deixar o mercado lucrar. E com prédios, inclusive, sem fazer nenhum tipo, por exemplo, de avaliação de qual será o impacto de vizinhança em construções nessa violação da legislação.

Vejam, isso porque nós já tivemos a Mais Valia, a Mais Valerá, um Plano Diretor que já destruíram o planejamento urbano desta cidade, e agora temos mais essa, que nem é a cereja do bolo, porque a gente não sabe mais o que vem por aí. É um projeto de destruir a nossa cidade e de entregar as chaves da nossa cidade para a especulação imobiliária. Querem transformar nossa cidade numa cidade mercadoria, numa cidade à mercê de quem quer explorá-la.

É importante também dizer que aspectos importantes, instrumentos urbanísticos que deveriam estar sendo discutidos aqui, já previstos no Plano Diretor, que não atendem ao mercado imobiliário, como eu já disse aqui, antes, não foram regulamentados e, possivelmente, nem serão, porque o que não é de interesse do mercado nem é enviado pelo Executivo para esta Casa. Ou seja, continuaremos aqui chancelando uma política que é uma política de ataque à nossa cidade, uma política de desrespeito à nossa cidade e é uma política que todos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, não têm quem defenda essa política. Não tem quem defenda. Já lemos aqui várias cartas.

A sociedade civil está contrária, e eu espero sinceramente que a sociedade civil possa saber quem está votando o que neste plenário. Que se vocês acham que essa proposta é razoável, se vocês acham que dá para votar favorável, então vão ter que explicar para os seus eleitores. É importante que se saiba isso. E é importante dizer o que a gente quer para cidade, a gente quer instrumentos de planejamento urbano para lutar contra a desigualdade social, planejamento urbano para garantir as moradias populares, planejamento urbano para fortalecer as áreas verdes e os parques da cidade. Nós queremos o estudo de impacto de vizinhança, nós queremos IPTU progressivo e a utilização compulsória também. São instrumentos de justiça social urbanística que são necessários para conter esse desenfreado poder que construtoras e o mercado têm nesta cidade.

É importante chamarmos o Poder Executivo a atender a sua responsabilidade de zelar pela supremacia do interesse público, e não pela facilitação dos interesses privados na nossa cidade. Portanto, somos contrários a este projeto de lei. Mas como redução de danos, porque na vida a gente também tem que lidar com essas coisas. Nós protocolamos uma emenda para a qual eu peço o apoio e o voto dos senhores, possivelmente não vão me permitir defender essa emenda nem votá-la em separado, porque a “tratoragem” hoje está, assim, sem limites, sem piloto, e está só no automático. Mas eu quero aqui, agora, defender essa emenda.

Como já tivemos oportunidade de falar aqui antes, a Cidade do Rio de Janeiro sofre estruturalmente com problema da moradia. São milhões de pessoas que não possuem moradia digna, e a Prefeitura não faz nada por essas pessoas. A Prefeitura ignora o direito à moradia digna previsto na Constituição. Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa. A Prefeitura agrava os problemas dessa cidade ao reforçar a desigualdade, em vez de trabalhar pela redução dela.

Essa emenda, portanto, visa garantir fonte de recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. A gente quer garantir que os recursos para essa demanda social tão evidente, é o mínimo que essa casa pode fazer. Então, eu peço que essa casa vote favoravelmente, entendendo que essa emenda também não vai receber os problemas desse PL, que deve ser combatido, e mesmo se for aprovado aqui, já digo para os senhores: iremos seguir combatendo, iremos à Justiça, iremos questionar o que precisar ser questionado, porque uma boiada como essa, um ataque à nossa cidade como isso que temos votado aqui não merece ser mantido.

Portanto, sabemos que a emenda não resolve os problemas estruturais, mas é uma tentativa de diminuir, ou pelo menos de vincular uma parte desse valor que a Prefeitura vai receber para legalizar tudo o que quiserem nessa cidade, para a gente pelo menos colocar no Fundo Municipal de Habitação Social e poder fazer alguma justiça social nesta cidade caótica, nesta cidade que nem sequer está preparada para enfrentar as emergências climáticas.

Que fique registrado aqui, nesta Casa, como cada parlamentar está votando e como nós do PSOL estamos nos colocando para defender a cidade. Depois que vier o caos, depois que essa lógica for instaurada e a natureza cobrar seu preço, que fique registrado aqui que nós lutamos. E, como diria Darcy Ribeiro, eu odiaria estar do lado dos que vão me vencer hoje.

Obrigada.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, solicito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Solicitada a verificação de quórum pelo nobre Vereador Pedro Duarte.

(Os senhores vereadores registram as suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Dr. Carlos Eduardo, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri e Zico 32 (trinta e dois))

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 32 (trinta e dois) senhores vereadores.

Há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

Para discutir, o nobre Vereador Dr. Rogério Amorim, que dispõe de 15 minutos.

O SR. DR. ROGÉRIO AMORIM – Obrigado, Senhor Presidente.

Eu já falei um pouco sobre esse projeto em 1ª discussão, nobre Vereador Paulo Pinheiro, eu fico até, de certa forma, admirando a resiliência do nobre Vereador Pedro Duarte. Nobre Vereador Pedro Duarte, esse projeto é mais um projeto que vai ser aprovado independente de qualquer discussão, nobre Vereador. É uma briga infrutífera. Vai ser aprovado porque faz parte da sanha arrecadatória da Prefeitura do Rio de Janeiro. Vai ser aprovado.

É um projeto com 100 emendas, sem prazo de discussão e a maioria não sabe sequer quais são as emendas que vai votar, porque não interessa saber, interessa cumprir uma determinação que vem da Prefeitura: “Aprove, porque precisamos aumentar a arrecadação do Município do Rio de Janeiro”. E esse projeto não é um projeto urbanístico, não é um projeto de ordenamento de cidade, é um projeto de aumento de impostos, nada mais é. É um resumo simples. Esse projeto não tem o menor, o menor sentido, a menor pretensão de dar um ordenamento de cidade.

Esse projeto serve simplesmente para colocar mais dinheiro numa Prefeitura que não sabe organizar e administrar esta cidade. É uma Prefeitura que, historicamente, destruiu e aniquilou todas as reservas desta cidade. É uma Prefeitura que esteve à frente dos grandes eventos desta cidade, Olimpíadas, Copa do Mundo, e os legados nós vimos: escândalos de corrupção, serviços não entregues, obras pela metade, e que tentam disfarçar e vêm com desfaçatez. Tentaram empurrar na cidade a construção das escolas como um legado olímpico. Ora, pasmem, legado olímpico uma escola que custou o mesmo preço de uma escola construída do zero. Legado seria se aquelas construções das Olimpíadas fossem retiradas e feitas numa escola sem custo para a cidade. Mas não foi isso. Não foi isso. A cidade pagou pela construção da arena e pagou de novo pela construção da escola. Isso não é legado.

O BRT, que foi um legado olímpico, que não foi inaugurado nas Olimpíadas, que não foi inaugurado na Copa, foi inaugurado mais uma vez às pressas sobre um asfalto de quinta, como aquilo ali deveria ter sido feito sob trilho. E custou o equivalente a uma obra metroviária. É uma obra que termina num modal que não tem transporte de massa. Pasmem, todo o trânsito da Zona Oeste é canalizado para uma região para as pessoas pegarem mais ônibus. Ela pega ônibus do BRT, que não é transporte de massa, transporte de alta capacidade, e desemboca num terminal de ônibus e de VLT, que também não é um transporte de massa. VLT esse que, se chover demais, não opera, que não tem capacidade estrutural de receber todo mundo. O projeto original levaria o BRT até a Central do Brasil. Lá, sim, tem metrô, lá, sim, tem trem, mas não vai. E eu pergunto: qual foi a autoridade que questionou por que o metrô e o BRT não foram até a Central do Brasil? É isso.

A mesma coisa esse projeto, nobre Vereador Pedro Duarte. Eu vou te dizer como é que vai ser a votação: vão olhar como o Líder do Governo votou e vão seguir. Agora, olha que curioso, e eu faço uma pergunta até para entendimento, ao líder do PT, que eu não sei como vai votar: mas por que aprovar um projeto para quem tem dinheiro poder construir mais? É isso que nós estamos falando. Em uma tal região só podem construir seis pavimentos, mas quem tem um dinheiro para dar um capilé para a prefeitura pode fazer os sete.

Naquela outra ali podem 10, mas quem tiver o dinheiro do café do Eduardo Paes... é isso, pagar o chopinho do Eduardo. Café não, porque ele não gosta de café, ele prefere uma cachaça. Quem tem o dinheiro para pagar a cachaça dele, a cerveja ou o pagode pode construir o 11º. É isso. Quem pagar a churrascada do Eduardo Paes pode construir um andar acima.

Aí eu quero entender, nobre líder, o porquê de o PT apoiar isso. O trabalhador que não tem dinheiro não pode construir mais. Agora, o rico, como vocês gostam de falar, a especulação imobiliária, pode construir?

É engraçado que nem as imobiliárias ou a construção civil gostam, porque isso também não desburocratiza; só cria uma série de regras e dentes de regra que só funcionam para aumentar ainda mais a arrecadação da prefeitura. Ora, não seria muito mais lógico construir um padrão na Cidade do Rio de Janeiro? Muito mais lógico. No bairro tal, na AP-5, na AP-4, na AP-2, na AP-1, nesse local, aqui nós podemos fazer 10 andares. Pronto, está claro. Todo mundo com 10 andares. Mas não. Não é isso. Não há absolutamente nada de urbanização nisso. Ou de urbanismo. E numa pressa que eu não entendo... Eu não entendo o motivo dessa pressa.

São mais de 100 emendas. O nobre Vereador Pedro Duarte, por exemplo, está aqui tentando recolher um destaque de assinatura de uma emenda e não consegue. E, pasmem, ao mesmo tempo está havendo uma discussão paralela. Ou seja, esse Plenário não tem sentido, porque nós estamos aqui discutindo projeto, enquanto, ao mesmo tempo, está tendo uma discussão paralela desse projeto. Olha que loucura. Isso é uma loucura.

Olha, estamos no manicômio ou no circo, porque está tendo uma discussão de um projeto e ao mesmo tempo uma discussão do mesmo projeto. Não estou entendendo mais nada. É isso. É porque não tem sentido discutir, porque o resultado nós já sabemos, nós já sabemos. Até para poupar tempo e até para poupar a saúde do Líder do Governo ele não precisa encaminhar as Emendas de nos 1, 2, 20, 40, 50, 60, 80, 90, 120, 140, 128, 129, 3424, 5128... Eu voto SIM às Emendas de nos 2, 8, 24, 35... Senão vai ter outro grito de bingo, porque chega a ser um escárnio. Porque ninguém sabe essas emendas e não se interessa a saber.

Basta dizer, até eu, como flamenguista, gosto de falar isso: segue o líder. Hoje, eu espero sair do Maracanã como líder do campeonato e vamos seguir o líder. Porque é isso que vai ser feito. É seguir o líder. Sem saber ao menos o que está seguindo. É isso. Mas eu insisto. Eu também sou resiliente. Eu sou resiliente. Eu sou resiliente, eu insisto, insisto. Sou resiliente na vida. Lutei, fiz faculdade de medicina, estudei em colégio público. Continuo, na cirurgia, eu tenho que ser resiliente. Às vezes está sangrando para caramba lá, tem que ser resiliente para parar com o sangramento, tirar o paciente bem do centro cirúrgico com vida. Para o hospital público, tem que ser resiliente porque falta o material, mas você tem que ter lá resiliência para operar com o que tem. E, aqui, também, eu não vou abrir mão da resiliência. Ou seja, tem mais cinco minutos, para eu ser resiliente por mais cinco minutos.

Então, a grande questão é: eu vou ser resiliente e deixar um recado claro: ou nós mudamos um pouco essa postura, independente de quem esteja na chefia do Executivo, ou nos tornaremos reféns, se é que nós já não... Se é que esse caminho ainda tem volta, porque não há mais discussão. Não se há mais qualquer tipo de interlocução. O projeto vem e entra. E entra. A coisa muda. Os lados políticos mudam. Essa Casa tem que se manter, independente de quem esteja. Óbvio, sendo base do governo faz parte, mas não podemos abrir mão de prerrogativas básicas. Básicas, como discutir um projeto. Não podemos admitir que tenha uma discussão fora do Plenário, de uma discussão que está ocorrendo dentro dele, porque temos que aprovar o projeto hoje. Por que temos que aprovar o projeto hoje? Porque foi ordem do executivo, se aprova hoje. Não é diferente disso.

O que eu estou falando é a pura realidade. Eu vi outro dia uma cena até engraçada. Eu estava ali no canto e vi uma cena... Eu até cocei os olhos para ver se era verdade. Eu vi... Olha só como é que é a Prefeitura de hoje em dia. Consegue milagres! Olha que coisa interessante. Eu vi ali, olha, a Tribuna com manifestantes da esquerda, eu vi o PSOL aqui embaixo, o PT, o PT brigando com o PSOL e os manifestantes brigando com o PT. Eu achei o máximo isso! Você viu isso, nobre Vereador Pedro Duarte? Eu vi o PT sendo vaiado pela esquerda, brigando com a esquerda dentro do Plenário, e depois se dizendo esquerda nas redes sociais. Eu ‘buguei’ um pouco. Eu fiquei sem entender. Eu não sei qual é o grau de sedução que o Prefeito Eduardo Paes tem, porque ele botou a Tribuna, que era de esquerda, brigando com o PT que era de esquerda – eu não sei mais de que que é, mas eu acho que é – e brigando com o PSOL! E o PSOL brigando com o PT e aplaudindo a Tribuna que vaiava o PT. É isso! Então essa Casa precisa ter uma rédea da situação um pouco mais. Precisamos, não é ser oposição, pelo contrário, não, mas não permitir isso. Enquanto se discute um projeto aqui, ele ser discutido do lado de fora, para pelo menos criar um cenário. Porque eu já falei, nem nome de rua mais está sendo dado.

Eu acho legal inclusive, nobre Vereador Pedro Duarte, que eu fiz um projeto de lei aqui, aprovado nessa Casa, que é transformando ali a Rua Alzira Brandão, que faz uma festa bonita na Copa do mundo, como um patrimônio da cidade. Olha que legal isso! O prefeito vetou. E ele fez por decreto, o que essa Casa aprovou por lei. Olha que legal! É isso! É disso que eu estou falando. Ele me ajudou, ele fez lá por decreto, lá para minha base está resolvido. Mas é o grau de submissão a que essa Casa está sendo submetida.

Eu, terminando aqui, até porque já acabou, o meu grau de resiliência tem que acabar porque só falta um minuto e sete mil segundos. Mas, não, a gente tem que aprovar isso hoje. Então vamos discutir hoje até o final. Ora, o interesse é aprovar, nem que para isso a gente tenha que ir até as oito da noite. Vamos aprovar, isso que é importante.

Então, o curioso é isso: um projeto que visa meter a mão no bolso do carioca. Vamos ver como votam os nobres vereadores.

Queria pedir aqui a verificação quórum.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Tendo sido solicitada a verificação de quórum pelo Vereador Dr. Rogério Amorim, solicito que os vereadores presentes registrem presença.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, William Siri, Willian Coelho e Zico 32 (trinta e dois)).

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 32 (trinta e dois) senhores vereadores.

Há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

Para discutir, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de 15 minutos.

Vereadora Tainá, só um segundo porque tem um requerimento do Vereador Átila Nunes para prorrogação da Sessão por mais uma hora.

Submeto ao Plenário o seguinte requerimento, do Vereador Átila Nunes:

(LENDO)

**REQUERIMENTO S/Nº**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a prorrogação desta Sessão Ordinária por uma hora.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024

VEREADOR ÁTILA NUNES

Líder de Governo

**Com o apoio dos Senhores** VEREADOR CARLOS BOLSONARO, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR DR. MARCOS PAULO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR MARCOS BRAZ, VEREADOR PABLO MELLO, VEREADOR PAULO PINHEIRO, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADORA LUCIANA BOITEUX , VEREADORA MONICA CUNHA, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TERESA BERGHER

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada verificação nominal de votação pelo Vereador Pedro Duarte.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Marcio Santos, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 25 (vinte e cinco); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Dr. João Ricardo, Dr. Rogério Amorim, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Pedro Duarte, Teresa Bergher e William Siri 8 (oito). Presentes 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 33 (trinta e três) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 25 (vinte e cinco) senhores vereadores; NÃO 8 (oito) senhores vereadores.

Aprovado.

Para discutir, a nobre Vereadora Tainá de Paula, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. TAINÁ DE PAULA – Boa tarde, nobres colegas; boa tarde, vereadores que nos acompanham pelo Zoom, Presidente Caiado e todos e todas que estão discutindo esta matéria.

Primeiro, eu vou pedir silêncio aqui para o vereador, nobre Vereador, colega de federação, Marcio Santos. Peço atenção para a votação e para a discussão. Não sei onde está o Vereador Dr. Rogério Amorim... Quero aqui, antes, pedir um aparte especial no discurso para dizer que, com muito gosto, o Partido dos Trabalhadores vai fazer questão de reeleger o Prefeito Eduardo Paes, por um simples motivo: para dar uma chinelada, uma resposta política ao chorume que vocês constroem na Cidade do Rio de Janeiro, chamado Delegado Ramagem. É por isso que a gente está nessa linha.

Eu não tenho o menor problema em construir as divergências, construir o bom debate aqui nesta Casa, mas eu quero, obviamente, o respeito aos partidos políticos, inclusive respeito o Partido Liberal, respeito os partidos do qual o senhor faz parte, mas eu também exijo respeito à linha e ao bom debate político que sempre fiz parte. Engraçado e curioso que ouviram o bolsonarista do nosso querido Dr. Rogério Amorim, mas estão gritando para uma mulher negra e eleita. Eu peço silêncio para que a gente consiga realizar o bom debate, assim necessário.

E quero aqui continuar na discussão deste projeto dizendo que não é, não se trata da regulamentação dos instrumentos urbanísticos do Plano Diretor. É importante que se façam as discussões, os debates e as construções necessárias. Não teria problema, quero falar aqui diretamente ao Subsecretário Thiago Dias, em se admitir que esta matéria versa sobre Mais Valia e sobre Mais Valerá, fundamentalmente. Não tem problema nenhum. Diversos municípios falam sobre a Mais Valia**,** ainda usam Mais Valerá**,** mesmo eu achando que seja uma política datada, do ponto de vista urbano. Mas é importante dizer, inclusive tenho emendas que retificam a discussão do caput deste projeto, falando que se trata de Mais Valia e Mais Valerá.

Quero dizer, aqui, principalmente dialogando com o Vereador Pedro Duarte, que combinamos e concordamos com algo que é fundamental para a discussão desta matéria. Existe algo na cidade, nas leis urbanísticas, que trata sobre a estabilidade econômica, a capacidade de uma cidade responder por suas leis, por seus decretos, por suas resoluções urbanísticas que, de fato, é uma cidade que cumpre os instrumentos que acorda ou no Plano Diretor, ou no Código de Obras, ou em qualquer outra matéria urbanística. Em minha opinião, se nós não retirarmos, por diversas emendas aqui, alguns elementos que estão embutidos, como “literalmente jabutis” nesta proposta, nós iremos instaurar uma grande fragilidade jurídica no Rio de Janeiro.

E são três elementos fundamentais que versam sobre a boa governança urbanística e a boa ambiência econômica de uma cidade: estabilidade, credibilidade e previsibilidade.

Ter previsibilidade sobre qual é a possibilidade de silenciar ou não, em determinado bairro, em determinada quadra, é algo fundamental para o pequeno investidor e, principalmente, para os grandes investidores da cidade. A Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) – vejam vocês, estou profetizando, chamei você de prefeito, Vereador Pedro Duarte.

Vereador Pedro Duarte, a Ademi concorda comigo na inviabilidade, em diversos bairros, de a gente promover – e aí eu vou descrever aqui ponto a ponto para a gente entender e compreender quais emendas eu estou indicando para o Líder do Governo, Vereador Átila Nunes, que a gente acolhe.

Quero falar aqui que há discussões que não se encerram nesta matéria. O direito de superfície sobre áreas públicas, principalmente na AP-3 e na AP-2, é ponto sensível, e a gente precisa avançar. Os condomínios privados da Zona Sul insistem em ocupar as calçadas e praças públicas. É muito fundamental que existam e que se construam regras, é legítimo. E, talvez, a partir do direito de uso, seja possível coesionar, chamar os condôminos, chamar os síndicos, chamar todos os restaurantes, bares e restaurantes. O Vereador Rafael Aloisio Freitas concorda comigo nesse tema, mas é muito importante inserir a CET-Rio nessa discussão. Senão é um vende-vende das calçadas sem nenhum critério, sem nenhum bom debate sobre as calçadas da cidade.

Quero me colocar aqui frontalmente contrária à ocupação total dos jiraus da Cidade do Rio de Janeiro. A ocupação de 50% do Prefeito Marcelo Crivella, que inclusive o Prefeito Eduardo Paes sempre reforça, "não me confundam com o bispo, eu não tenho nada a ver com esse pastor". A ocupação de jiraus na cidade, não dá. Se a gente não quer estimular trabalho escravo, se a gente não quer perder os nossos sobrados e os nossos casarões antigos na cidade, é óbvio que essa proposta precisa cair.

Quero falar que retrofit é retrofit, reforma é reforma. Eu não quero aqui falar um urbanistiquês, não quero falar aqui uma linguagem técnica para que todos ouçam, mas coloquei no pacote de emendas que está no grupo dos nobres vereadores a importância de nós termos a clareza de que não podemos abrir mão das unidades pensadas para reconversão, pensadas para retrofit. A emenda do Vereador Pedro Duarte, ainda no Plano Diretor, fez, na minha opinião, um desserviço. E quero dialogar aqui com você, Vereador Pedro Duarte, de forma muito fraterna. Eu tenho desacordo de nós permitirmos a demolição de imóveis que sequer sabemos se têm interesse ou não cultural, porque a Prefeitura é inábil em atualizar todos os levantamentos do que deve ser preservado ou não.

Então, nós abrirmos mão de imóveis, de unidades que têm um lote grande, que eu posso construir nesse lote e ofertar a possibilidade que, a partir de uma outorga, eu posso demolir, é uma indignidade. E isso a gente não pode aceitar.

Quero falar aqui da possibilidade que eu considero, talvez, a mais grotesca e a mais obscena nessa matéria, e eu peço atenção aos nobres colegas para que coloquemos esta emenda no pacote das aceitas pelo bloco de favoráveis. A possibilidade de nós construirmos em qualquer quadra da cidade, olhando o gabarito do maior prédio, pode fazer aberrações e estupros na nossa qualidade urbana. E eu quero dar um exemplo que talvez todo mundo conheça. A Praça Tiradentes, aqui pertinho no Centro do Rio, tem um prédio de 18 andares flexibilizado por esta Casa nos anos 80. É proibido construir 18 andares na Praça Tiradentes, mas se essa proposta passar aqui hoje, nós estaremos dizendo o seguinte: vamos liberar todo e qualquer gabarito na Praça Tiradentes em relação a esse prédio de 18 andares.

A minha proposta é que façamos uma avaliação quadra a quadra, que olhemos os gabaritos e façamos a média, garantindo a boa qualidade urbana. E se a média for continuar o casario presente na quadra, este gabarito prevalecerá na escolha do licenciamento.

Quero dizer aqui que é outra indignação minha, principalmente por ter sido Secretária de Meio Ambiente, que não dá para a gente colocar outorga de alteração de uso na ZCA-1, nas Zonas de Conservação Ambiental 1. Estamos dizendo, Vereador Felipe Michel, que nós podemos perder áreas de preservação integral da cidade. O sujeito tem uma casa no Cosme Velho, ele tem todo o direito de construir, desde que seja possível licenciar a partir dos parâmetros urbanísticos, Vereadora Monica Cunha, que combinamos no Plano Diretor, ele pode licenciar o investimento que quiser, desde que não destrua a mansão, a unidade com interesse cultural da frente, e desde que não invada a Zona de Conservação Ambiental dos fundos do lote.

Se isso passar, Vereador Pedro Duarte, o parque da Gávea, que nós construímos em conjunto – o senhor ficou com o shopping, eu fiquei com o meu parque. Eu ainda acredito que ele será público, essa luta nós estamos travando. Mas é correto afirmar aqui que, se esse artigo passar, o Parque da Gávea jamais seria possível de acontecer.

Então é fundamental que a minha emenda, em parceria com o Vereador Rafael Aloísio Freitas, seja acolhida no bloco das favoráveis.

Quero falar aqui que o direito também de superfície da área pública é um debate interessante e importante. Nós temos a parceria com o Tembici, a ocupação das calçadas com a bicicleta do Itaú – que eu tenho certeza de que todos os nobres colegas aqui, ou a ampla maioria – se não tem, deveriam fazer o pacote, para terem acesso à mobilidade ativa –, todos aqui querem que haja mais bicicletários, parques na cidade. Eu sou defensora, inclusive nos parques na Zona Sul, na Zona Norte, nos polos gastronômicos, que o Vereador Marcio Ribeiro tanto fortalece e representa na Tijuca, no grande Grajaú, em Vila Isabel. Mas é muito importante que, além da CET-Rio, a gente faça uma reflexão de que isso não é uma liberação, por exemplo, como uma proposta que está aqui, neste projeto de Mais Valia e Mais Valerá, que se faça uma ocupação dos subsolos, inclusive para moradia.

Vereadora Vera Lins, ocupar subsolo em 2024 é rediscutir o debate da precarização da moradia, que a gente passou o Século XX inteiro dizendo que é negativa. Portanto, é fundamental dizer que esta Casa refuta, nega essa proposta colocada neste projeto. E eu quero fazer um combinado com vocês, eu quero fazer aqui uma convocação, que a gente toque, talvez, a pauta mais sensível desta matéria, que é a inexistência de prazo, tanto para a Mais Valia quanto para a Mais Valerá. E falo aqui que os nobres colegas talvez sejam convocados pelos setores do mercado imobiliário a negarem o prazo, Vereador Pedro Duarte, o senhor sabe bem disso. Inclusive, já tivemos diversos enfrentamentos em relação ao IPTU progressivo, que o nobre Vereador Pedro Duarte defendeu tanto, o “jabuti’ do mercado imobiliário.

Mas eu quero reforçar aqui que nós temos uma oportunidade única, única, de reparar o erro que nós cometemos no Plano Diretor. E eu quero fazer uma mediação. A proposta de negar a matéria que nós, da pauta urbana, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a bancada do PSOL se posicionou contra, já foi refutada nas conversas técnicas que tivemos sobre esta matéria.

Pois bem. Eu quero propor que delimitemos um limite de janelas, que é algo definido no Plano Diretor de Belo Horizonte, que é algo construído no novo Plano Diretor de São Paulo, que é algo que é construído em diversas cidades do Brasil.

Uma janela para o Mais Valerá, de seis meses; e uma janela do Mais Valia, por três anos. Acho razoável, acho razoável a minha proposta, porque em seis meses, se o sujeito que é correto e quer se adequar, quer regularizar os seus prismas de ventilação, quer regularizar a sua varanda, quer regularizar a sua taxa de ocupação fora do lugar, ele tem seis meses, a partir de 30 dias – aprovada e sancionada esta lei – para se adequar. E ele teria o final deste mandato do Prefeito Eduardo Paes para se atualizar.

E a Mais Valia, vejam vocês, não faz sentido ter um prazo maior do que esse. Porque o ideal, o correto é que os novos investidores, que tanto o pequeno construtor como o grande investidor sigam a regra urbanística. E nós estamos dando uma janela para o sujeito que não conseguiu se adequar ao Plano Diretor, para aqueles que já fizeram o seu projeto de arquitetura e o seu projeto urbano, consolidem as suas propostas, e não percam dinheiro, porque, às vezes, versa apenas sobre isso, Vereador Marcio Santos. É importante estabelecer uma janela para que a cidade volte a preservar e cuidar das suas regras. Uma cidade sem regra, uma cidade de balcão, uma cidade em que só os fiscais do licenciamento e a cabeça do Subsecretário Thiago Dias decidem, é uma cidade em que não se investe.

E objetivamente o nosso mercado imobiliário, a Ademi não gosta de ouvir isso, não é, de longe, o melhor e mais volumoso mercado imobiliário do Brasil. Se nós queremos ultrapassar São Paulo, se nós queremos ultrapassar Belo Horizonte, se nós queremos ultrapassar Salvador, é muito importante que o mercado imobiliário compreenda que também é função deles cuidar da cidade.

Por isso eu peço acolhimento às nossas emendas, às minhas emendas e às do Vereador Rafael Aloisio Freitas, para que a gente possa resolver o imbróglio que é ter, em nossa opinião, um projeto de lei que anda para trás nos instrumentos urbanísticos da cidade, na boa qualidade de cidade que a gente tem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora Tainá.

O SR. ÁTILA NUNES – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para discutir, o nobre Vereador Átila Nunes, que dispõe de 15 minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os vereadores e vereadoras, a todos servidores da Casa, à imprensa, que acompanha aqui a sessão de hoje.

Presidente, primeiro vou começar a minha fala fazendo um apelo a todos os vereadores e vereadoras. Todos estão, obviamente, é natural que assim seja, perguntando sobre até quando nós vamos estender aqui a sessão no dia de hoje.

Mas queria fazer aqui um apelo para que a gente faça esse esforço de reta final. Nós estamos conseguindo, esta semana acho que foi uma semana extremamente produtiva. Sob sua presidência, nós conseguimos avançar em duas matérias, concluímos a aprovação em duas matérias de extrema importância para a Cidade do Rio de Janeiro.

A primeira, a aprovação da reforma do estádio São Januário, desejada não só pelos torcedores do Vasco da Gama, mas também pelos moradores que moram no entorno, que receberão os benefícios dos investimentos que serão realizados.

Depois, nós conseguimos aprovar o projeto do novo autódromo do Rio de Janeiro, padrão internacional. Lembrando que o Rio de Janeiro, já há mais de uma década, não tem mais um autódromo. Então, o avanço que nós temos conseguido, especialmente nesta semana, é muito significativo.

Entendo que os vereadores estão preocupados, mas é muito importante nós termos também a consciência dos passos que nós estamos dando nesta Casa. Não é deste ano, eu diria que desta legislatura, para se fazer jus ao que aconteceu nesses últimos três anos e meio. Nós aprovamos uma sequência de matérias urbanísticas, principalmente urbanísticas, que vão, na realidade, se complementando, de tal forma que hoje nós conseguimos perceber um dinamismo na cidade que não estava acontecendo no mandato anterior.

Primeiro, o Reviver Centro, que foi tão criticado por algumas correntes, os mesmos que muitas vezes voltam para fazer novas críticas. E não só o Reviver Centro foi um projeto de grande êxito, que nós inclusive aprovamos o Reviver Centro 2, visando acelerar e aprofundar os mecanismos que tinham sido aprovados no Reviver Centro 1.

Hoje, nós vemos diversos resultados acontecendo, com muitos lançamentos na região do Centro. A partir daí, nós fizemos inclusive outras operações consorciadas que viabilizaram a criação de parques, que estão agora prestes a serem inaugurados, como é o caso do Parque de Inhoaíba, na Zona Oeste.

Na época, também sofremos as críticas, muitas vezes duras, com relação àquele projeto, mas que neste momento, às vésperas da inauguração do parque, nós vemos o grande ganho que a cidade vem tendo com os parques, que são fundamentais para levar não só lazer, mas também qualidade de vida. E o incrível, estou vendo aqui a Vereadora Vera Lins, extremamente atuante, que esses parques, inclusive, valorizam o metro quadrado do entorno, porque eles trazem não só dignidade, entretenimento, mas também trazem de volta a família para ocupar a cidade.

E dentro dessa sequência de realizações do governo atual, foi fundamental a atuação dessa Casa Legislativa, pois essas matérias muitas vezes, quando chegam aqui, primeiro, são fruto de muito debate. E, aí, eu queria fazer uma menção, Presidente, parabenizando Vossa Excelência, porque, em todos os momentos, em todos os projetos, nesses últimos três anos e meio, tem tido uma postura inquestionável, democrática com relação aos debates, às discussões.

É óbvio que, muitas vezes, alguns vereadores acabam ficando insatisfeitos com o resultado final, isso é natural, mas o importante é que todos os principais temas e todos os projetos de grande impacto que foram encaminhados para esta Casa foram, sem dúvida, nenhuma aprimorados. Isso é inegável.

Inclusive, há um reconhecimento por parte do Prefeito do papel fundamental que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro vem exercendo com relação aos projetos não só urbanísticos, mas eu falo urbanísticos em especial, porque hoje nós estamos mais uma vez lidando com esse tema.

Então, Presidente, quando eu vejo a evolução que a cidade vem tendo nesses últimos três anos e meio, mesmo de temas urbanísticos que demoram a surtir efeito, mas, quando a gente vê grandes lançamentos sendo realizados na região do Centro da cidade, quando a gente vê o Porto Maravilha resgatando, cada vez mais forte, a presença dos residenciais, que era algo que nós, há duas legislaturas, aprovamos visando ao estímulo para que houvesse moradia na região. Esta é uma comprovação do tempo de maturação dos projetos urbanísticos, a gente começa a ver os grandes lançamentos na região do Porto, que inclusive são residenciais. O que comprova, sem dúvida nenhuma, o quanto nós estamos no caminho certo.

Essa Casa Legislativa teve um papel mais do que fundamental. Eu diria que isso também é reconhecido pelo Prefeito. Como Líder de Governo, falo isso até para deixar registrado, pois é muito importante e o próprio Prefeito reconhece que o Plano Diretor encaminhado originalmente para esta Casa recebeu uma evolução expressiva depois de muitos debates.

Lógico que, se nós utilizássemos práticas muitas vezes usadas em outros parlamentos, seria tudo muito mais fácil, não tenho dúvida nenhuma. Mas nós temos feito uma legislatura única, mesmo que isso acabe requerendo não só muita paciência para que a gente possa ir ao limite do diálogo, da articulação, tentando aproveitar o máximo possível das emendas que são protocoladas por parte dos vereadores.

Inclusive, diga-se de passagem, se pegar o histórico recente, todos os projetos receberam emendas de vereadores não só da base, mas também da oposição e vereadores ditos independentes também. Então, é muito importante ressaltar o papel que essa Casa vem exercendo.

Saindo do Plano Diretor aprovado no final do ano passado, nós estamos agora para votar uma matéria já votada e aprovada em 1ª discussão, caminhando agora para uma aprovação, assim espero, em 2ª discussão; não só trazendo instrumentos para o Plano Diretor, mas que a gente possa trazer essas ferramentas necessárias entendendo que é uma oportunidade a mais para resolver algumas lacunas existentes.

Então, Presidente Caiado, para finalizar aqui minhas palavras, queria, mais uma vez, parabenizá-lo pelo seu papel, nesses últimos três anos e meio, de muita democracia, mesmo que – e aí eu posso falar como líder de governo – isso tenha consumido muita energia, tempo e paciência, por parte da base do Governo. Mas eu não tenho dúvida nenhuma que isso tem sido uma prática que veio para ficar nesse Parlamento carioca, que é um exemplo para todos os parlamentos do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereador Átila.

A Presidência informa que, na nossa Tribuna de honra, é uma honra imensa para esse Parlamento, trazido aqui pelo Vereador Pedro Duarte, a presença do Cônsul-Geral do Japão, Takashi Manabe – é uma honra – e da senhora Kana Hasegawa, Cônsul Adjunta. Muito obrigado. Sejam bem-vindos.

Para discutir, o Vereador Pedro Duarte, que dispõe de 15 minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Muito obrigado pela palavra, Presidente, Vereador Carlo Caiado.

Inclusive, me antecedeu na fala o Líder do Governo, Vereador Átila Nunes. Estou buscando ele em Plenário, inclusive porque alguma das falas do vereador, em minha opinião... Vereador Átila Nunes, respondendo alguns dos pontos que a liderança de governo trouxe, e, que fique aqui registrado, ainda que o Plenário esteja esvaziado, ainda que o próprio líder de Governo não esteja prestando atenção em uma fala que rebate parte do que ele trouxe, o que é a prova maior do que o que me antecedeu, na verdade, foi um discurso, uma narrativa.

E, muito sinceramente, e tristemente eu digo que, no caso de hoje, um lero-lero. Inclusive, uma fala que precisava ser feita, para que se ganhasse tempo com relação à assinatura de emendas. Porque a grande verdade, vereadores, é que, até um minuto atrás, ninguém aqui, nenhum vereador, nenhum técnico, ninguém sabe o teor das emendas que vão a voto. Não se sabe. Não se sabe. É uma questão... Não é uma questão de opinião: “O Pedro está opinando A; o Pedro está opinando B. Eu concordo ou discordo dele”. Eu estou atestando um fato. Que fique registrado para a imprensa; que fique registrado para o Ministério Público; que fique registrado para alguém que, algum dia, tenha a curiosidade de ler as atas desse debate aqui de hoje: até três minutos atrás; se bobear, até agora, ninguém sabe, ninguém sabe quais são as emendas. “Ah, Pedro, como assim ‘ninguém sabe’?”.

A realidade é que vários vereadores apresentaram muitas emendas; tivemos uma reunião hoje pela tarde e discutiu-se subemenda; tinha coisas que o Governo não sabia ainda o que ele era a favor e o que ele era contra; como é que ia... muda a redação; ajusta para cá; ajusta para lá. E aí vai dizer que essa votação tem legitimidade para mudar algo que estava escrito no Plano Diretor? Eu participei de toda a revisão do Plano Diretor. Fui a várias audiências pela cidade; fui a várias reuniões e, ali, eu defendi a Casa. Então, quando o Vereador Átila Nunes, líder de governo, também diz que alguém estaria criticando a Casa, eu preciso discordar radicalmente, porque o que apequena esta Casa; o que diminui esta Casa são os momentos em que ela não se valoriza nos debates; em que os vereadores não têm nem ciência daquilo que está sendo discutido, de forma plena.

Quando acusaram isso, no Plano Diretor, eu, inclusive, fui à imprensa; falei no RJ TV, defendendo a tramitação do projeto. Falei, nessa Tribuna, defendendo a tramitação do projeto. Claro, alguns tinham críticas a eles, e são legítimas. Mas estou falando de mim. Eu fiz a defesa da Casa e do processo naquele momento, e, hoje, tenho a tranquilidade de dizer: desses quatro anos, o processo mais atrapalhado, mais confuso – puxa papel; vira papel; mexe a emenda. “Meu Deus, tenho certeza que isso aqui está escrito do jeito certo”, o governo não tem; nós não temos. Nenhum vereador, mais uma vez, nenhum vereador sabe todas as emendas que vão a debate. Aí, agora, às 18h09, de uma sessão que já está prolongada, nós teremos ciência de todas as emendas apresentadas, das suas redações finais, e vamos votar? Muito sinceramente, uma das piores votações, uma das votações mais lamentáveis que eu vi nesses quatro anos, quase quatro anos de vereador dentro desta Câmara.

Por isso, pontuei isso. Por isso eu venho pedindo verificação de quórum, venho pedindo adiamento do projeto desde a primeira. A audiência pública tinha cinco pessoas, seis pessoas, e porque é uma exigência legal que seja feita. Mas não deu tempo de avisar os principais institutos. E não adianta dizer “Mas eu disparei um e-mail”. A gente manda um e-mail com projeto que tem quase 20 artigos, incisos, as pessoas precisam se reunir e discutir e ter tempo de chegar na audiência pública para fazer alguma contribuição minimamente válida.

A audiência pública não pode ser um *check* em um cartão que você dá, de “Olha, fiz!”. Não pode ser! Não pode ser. Não pode ser “Tem que votar em primeira, tem que votar em segunda”. O processo legislativo não é isso! O processo legislativo é de fato a gente chegar, ter acesso a todas as emendas, debater todas as emendas e aí, mais uma vez, em cima do que o Vereador Átila Nunes disse, de que isso seria um mero inconformismo com o resultado final.

Primeiro que eu não sei nem qual vai ser o resultado final, mas eu não tenho problema com isso. Já perdi inúmeras votações neste Plenário – inúmeras! Diria que a maioria delas! Eu não fazia reclamações como essa. Apenas dizia “Ok, perdi, não tive a maioria comigo hoje”. Não tenho problema com relação a isso. Mas em várias oportunidades eu pude apresentar minhas emendas, discutir as emendas, ter acesso ao texto e não ver esse atropelo que aconteceu ao longo das últimas duas semanas.

O Vereador Rocal fez uma fala antes de mim, por exemplo, debatendo a questão de escola. Vejam só, um dos casos – independentemente de se é a favor ou contra a emenda – mais doidos desse projeto que a gente está discutindo aqui hoje. No Plano Diretor nós acabamos, acabamos... Mais uma vez, depois de dois anos e meio discutindo, tinha lá um artigo que dizia no Decreto nº 322, de 1976! Dois anos, quase três anos discutindo, e a gente tirou. “Precisa construir escola acima de 500 unidades, pi, pi, pi, pó, pó, pó”. Estava lá o texto. A gente tirou!

Alguns vereadores podem concordar, discordar, foi certo, não foi. Tirou! Acabou! Não estava mais lá! Aí a Prefeitura manda um projeto sobre Mais Valia, Mais Valerá e regulamentação do Plano Diretor. Não fala sobre a contrapartida de escola! Não fala. O projeto enviado à Câmara não fala. Aí o projeto é votado em 1ª discussão, Vereadora Tânia Bastos. Não se fala sobre contrapartida em escola! Até hoje de manhã ninguém sabia dizer se eram 500 unidades, se 1.000 unidades, se 200 unidades! Ou seja, o governo pega um assunto muito relevante, um custo considerável para o empreendimento... Quem vai pagar é o consumidor final.

Uma escola na planilha da Rio-Urbe vale R$ 10 milhões. “Ah, Pedro, mas por que tem uma planilha lá?”. Porque a Prefeitura negocia, ela não manda fazer a escola. Ela vira e fala “Olha, me paga essa escola que você teria que fazer”, e vão para os cofres R$ 10 milhões! Tanto que a Prefeitura fez uma planilha para dizer quanto é: R$ 10 milhões.

Então, vamos lá. Um condomínio. Quinhentas unidades, Vereador Matheus Gabriel. Quinhentas unidades. O cara é obrigado então a pagar uma escola: R$ 10 milhões. Por exemplo, um empreendimento na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Vamos pegar R$ 10 milhões, dividir por 500 unidades. Dá R$ 20 mil por unidade. Alguém aqui acha que a construtora, a incorporadora, vai pagar isso do bolso dela ou ela vai pegar a unidade que custaria R$ 350 mil e vai falar “Ó, agora é R$ 370 mil”? É claro! É o comprador do imóvel, é o comprador do apartamento que vai pagar isso!

E alguém pode continuar defendendo mesmo assim: “Eu acho importante. Ele tem que pagar um pouco mais caro para ter escola”. Beleza! Legítimo! Legítimo! Agora, isso é um debate muito relevante se nós vamos ou não vamos aumentar em R$ 20 mil o preço de um imóvel, de um apartamento.

Eu sou terminantemente contra e outros são a favor. E a gente poderia ter tido esse debate aqui, mas não houve esse debate. Esse debate foi completamente acelerado, o texto foi descoberto no último dia, nas horas que antecederam, e mal deu tempo de calcular isso. Não deu!

Então, eu gostaria aqui de, mais uma vez, lamentar a condução desse projeto. E eu poderia listar aqui dezenas de pontos. Ontem eu estive também em uma reunião com o CAU, com o IAB, Vereador Edson Santos. Tivemos uma reunião aqui na presidência com alguns representantes de conselhos, de arquitetos, e cada ponto... O projeto tem uns vinte pontos! Cada ponto poderia tranquilamente gerar uma discussão. Cada ponto poderia gerar uma discussão de uma hora. Porque a gente começava a discutir ali: “Não, tem uma visão”. “Ah, verdade”. A própria Prefeitura reconhecendo na reunião: “Verdade, talvez ficasse mais bem escrita desta forma. Este ponto pode ser bom. Talvez a gente possa mudar. Talvez a gente possa ajustar”. Ontem! Vinte itens! Cada item poderia ser meia hora, uma hora, com tranquilidade. Não deu tempo de discutir todos. Repito, não deu tempo de discutir todos.

E aí, Presidente, já caminhando para concluir, apesar da frustração, mais uma vez, com relação a este projeto, queria falar um pouco mais conceitualmente sobre uma fala que eu fiz na 1ª discussão com relação a Mais Valia e Mais Valerá. A Mais Valia, eu vejo como necessária ao funcionamento de qualquer cidade com boas regras, porque as pessoas acabam construindo de forma errada. A gente tem que evitar aquele que de propósito constrói, sabendo que depois vai ter como regularizar. Mas, de fato, têm muitas pessoas que fazem no seu terreno um quarto a mais, constroem na laje, não poderia, aumenta a área total do terreno, faz um puxadinho. Isso pode ser debatido, tem que ser debatido e, realmente, em quase todas as cidades brasileiras você vai ter algum nível de Mais Valia, ou seja, olhar para trás, olhar o passado, ver os erros e chegar a um acerto de contas para resolver aquilo. Beleza. A gente vai discordar de um ponto ou outro, mas, conceitualmente, a Mais Valia é comum.

Agora, o Mais Valerá, sinceramente, para mim ela é indecifrável. Não consigo entender a lógica. Porque é como se a gente dissesse que sete não são sete, sete são seis mais um. Aí você fala: ué, mas seis mais um são sete, então vamos colocar sete. “Não, não. A gente coloca seis, e aí a gente cobra por mais um e faz sete.” Aí você vira e fala: então vamos mudar a regra e vamos colocar sete. Aí a Prefeitura fala: “Não. Eu sou contra botar sete. São seis mais um”. Você fala: Por que seis mais um? Para o quê? Para poder realizar a cobrança do mais um. Porque se ela aprova sete, ela não tem como cobrar. Então ela cria uma lógica, que é uma lógica da extorsão. Por quê? Do ponto de vista de planejamento urbano, se a gente entende, se a Prefeitura autoriza, se ela fala: “Olha, dá para fazer sete”. Mas ela não coloca na lei sete, ela coloca seis, sabendo que três meses depois vai mandar um projeto dizendo que construindo mais um pode, desde que pague, ela já sabia disso. Ela deixou seis de propósito, para extorsão. Porque o projeto é de arrecadação desde o início, desde o início.

E aí, imagina um planejador urbano, um urbanista que precisa pensar a cidade, precisa planejar a cidade, só que o Prefeito não está cobrando dele o que o Prefeito deveria cobrar, que é: a cidade está produzindo mais unidades habitacionais? Buenos Aires faz isso. Todo trimestre, Vereador, a Prefeitura tem meta e saem relatórios. Tem que aumentar a produção de unidade habitacional. Aí vão as faixas: de zero a três salários mínimos; de três a seis salários mínimos; de seis a 10 salários mínimos. E tudo isso vem com as numerações do quanto vem sendo feito. É isso que o planejador urbano, o Secretário de Planejamento Urbano deveria estar fazendo, deveria ver se os imóveis estão ficando mais caros ou mais baratos.

Saiu agora o índice, o aluguel na Cidade do Rio de Janeiro aumentando pelo 30º mês seguido, pelo 30º mês seguido, o aluguel na Cidade do Rio de Janeiro aumenta. O Secretário deveria estar prestando atenção nisso, porque isso é custo de vida para os trabalhadores, para as pessoas, para a classe média brasileira, que ainda não conseguiu realizar o sonho da casa própria e vive de aluguel. E aí, o que ele deveria estar pensando é: Como eu abaixo o preço do aluguel? Como eu deixo a moradia mais barata? Quais são as medidas que eu posso fazer para a cidade crescer na Zona Norte, e não mais na Zona Oeste, onde as pessoas não têm muitas vezes acesso a um bom modelo de transporte? É isso que o Secretário de Planejamento Urbano deveria ter na cabeça. Mas não.

O que o Prefeito vira para ele diz é: “’Fulano’, eu preciso arrecadar R$ 600 milhões”. E sabe por que é neste ano? A gente estava discutindo, os senhores vão ver, a Mais Valerá, que paga para poder construir, virá com prazo de 1º de dezembro. Aí você fala: “Em 1º de dezembro, por que não é o ano?” Porque o boleto do pagamento pode pagar a partir do dia que ele emite, até 30 dias depois. Aí cai no dia 31 de dezembro? Por quê? Porque tem que cair neste ano nas contas da Prefeitura. Veio no orçamento. A Prefeitura está contando com este dinheiro. Então, não é uma discussão de planejamento urbano.

“Pedro, é uma regra benéfica para a cidade”, mas se a regra é benéfica na cidade, por que não dura cinco anos? Por que não dura 10 anos? Por que tem que ser até o dia 1º de dezembro para dar tempo de emitir o boleto e pagar até 31 de dezembro e entrar na conta da Prefeitura? Eu imagino uma loucura. É uma situação em que eu jamais me colocaria. E às vezes eu fico na dúvida se eu lamento pelo Secretário de Planejamento Urbano, de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo, as siglas vão mudando, porque, ao invés de pensar planejamento urbano, ele vira quase Secretário de Fazenda. “Meu amigo, tem que ajudar a encher os cofres públicos”. E aí, qualquer emenda que você fala, “Olha, eu acho que isso aqui, do ponto de vista urbanístico, fica melhor, não dá para botar subsolo, não dá para fazer isso”. Aí falam: “Olha, mas tirar essa emenda é uns R$ 20 milhões a menos de arrecadação”. Você fala: “Eu estou discutindo planejamento urbano ou estou na discussão da Lei Orçamentária Anual? Eu estou discutindo o orçamento da cidade ou estou discutindo como os bairros vão funcionar?”.

É uma distorção completa. E digo isso como uma das pessoas que não tem problema nenhum em falar de mercado imobiliário, em falar de construção civil. Eu acho que a cidade tem que produzir imóveis, tem que produzir prédio, tem que produzir apartamento, tem que produzir casa. Eu sou a favor de que a cidade possa construir, possa se desenvolver e possa oferecer moradia, vender moradia para as pessoas. É um produto e é uma relação de oferta e demanda. Se a oferta é baixa, o preço é caro. Essa é a minha visão. Outros podem ter outra. Mas não tenho trauma com relação a isso.

Então, minha crítica ao projeto não é de que “Ah, beneficia o mercado imobiliário”. Sinceramente, na minha opinião, inclusive, é péssimo para o mercado imobiliário. Porque a Vereadora Tainá trouxe muito bem uma palavra: previsibilidade. Você não tem. Três meses atrás, alguém olhava no Plano Diretor, vai comprar um terreno e falar: nesse terreno eu posso construir seis andares, posso fazer uma volumetria, tal, tal, tal. Aí ele compra o terreno. Três meses depois, a regra é outra. Não dá para fazer negócios assim. Isso atrapalha a cidade.

E aí, Presidente, vou caminhar para o encerramento da minha fala, mais uma vez, reiterando a péssima forma com que esse projeto foi conduzido; lamentar profundamente por isso. Eu acho que nós temos excelentes casos, ao longo dos quatro anos, de boa produção legislativa desta Casa, da qual eu tenho orgulho de fazer parte: Reviver 1, Reviver 2, 232, Plano Diretor, mas este projeto eu afirmo com toda a tranquilidade que teve um processo péssimo, confuso, mal conduzido e que poderá gerar, e gerará, danos muito grandes à nossa cidade.

Com isso, peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Queria antes informar que já tem um tempo que coloquei no grupo as emendas para que todos tenham conhecimento no grupo dos vereadores.

Solicitada verificação de quórum pelo Vereador Pedro Duarte.

(Os senhores vereadores registram suas presenças)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a verificação de quórum.

(Concluída a verificação de quórum, constata-se a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Edson Santos, Eliseu Kessler, Jair da Mendes Gomes, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Matheus Gabriel, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, William Siri, Willian Coelho e Zico 29 (vinte e nove))

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 29 (vinte e nove) senhores vereadores.

Há quórum para dar continuidade aos trabalhos.

Para discutir, a nobre Vereadora Teresa Bergher, que dispõe de 15 minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente, senhoras vereadoras e vereadores, boa noite a todos.

Quero lamentar, profundamente, o encaminhamento e a forma como está sendo conduzido este projeto tão nocivo à Cidade do Rio de Janeiro. Antes, eu quero fazer um breve comentário em relação à questão dos Requerimentos de Informação, tão bem posicionado anteriormente. RI que não são respondidos nunca ou quando são respondidos não dizem nada. Infelizmente, é assim que acontece. E o Vereador Pedro Duarte, que apresentou aí uma emenda à LDO, ele propôs e falou naquele momento que havia feito um RI pedindo a lista de todos os imóveis locados pela prefeitura. Ora, também permanece sem resposta, e isso é muito grave.

Acho também que a forma como está sendo conduzida esta votação é antidemocrática, sim, Senhor Presidente. Quando nós vemos uma relação enorme de emendas apresentadas, me parece uma relação enorme, que eu nem sei, desconheço as emendas. Chegou ao meu conhecimento agora, há poucos minutos, há pouquíssimos instantes. Então, acho que são emendas sérias, que não podem ser discutidas e examinadas num tempo recorde de 5, 10 ou 15 minutos, sei lá o quê. A gente precisa amadurecer esse encaminhamento, o estudo dessas emendas que vão mexer com a Cidade do Rio de Janeiro, sim.

A Vereadora Tainá de Paula fez as colocações dela, quando disse que tinha as emendas que iriam melhorar o projeto. Vereadora, as emendas foram apresentadas, mas quem teve conhecimento, se aprofundou no assunto? Eu confesso que não sou urbanista, como a senhora, e os meus técnicos não terão tempo suficiente para fazer essa análise.

Considero totalmente absurdo. Acho que houve aqui, até diria, uma imposição de alguns vereadores, tentando adiar essa votação, pedindo verificação de quórum, mas isso tinha única e objetivamente o direito à discussão, o direito ao conhecimento daquilo que eles iam votar, daquilo que estava sendo proposto. Então, desde o início, eu me posicionei contra esse PLC nº 163 que coloca nossa cidade à venda. À venda sim, de uma forma astuciosa, sob o pomposo apelido de regulamentação de instrumentos do Plano Diretor.

Tais instrumentos atentam contra a qualidade urbano-ambiental da cidade e já foram objeto de forte posicionamento por várias instituições, mas, especialmente, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, que tão bem se posicionou e de forma tão objetiva.

Dentre tais instrumentos, preocupa-me o exercício do direito de superfície nas estações rodoviárias, ferroviárias e metroviárias, especialmente pela questão do ruído e vibrações nas novas edificações. Lembrando aqui do caso clássico do túnel rodoviário, que atravessa um prédio residencial na Gávea, bem junto à PUC, que vocês todos conhecem.

Outra questão é que o PLC, que fala em regulamentação, não há uma linha sequer sobre a normatização de construções aéreas ou subterrâneas, visando a contabilização destas com as redes de infraestrutura aérea e subterrânea, e mesmo com arborização, a permeabilidade, e o mobiliário urbano. Imaginemos nós, estruturas subterrâneas que possam suprimir muitas árvores, ou reduzam os níveis de permeabilidade em regiões que costumam sofrer com alagamentos. Seria andar na contramão das políticas de combate às inundações em nossa cidade. E olha que tem sido muitas. E o que a gente tem visto neste governo, nesta Prefeitura, é que não houve absolutamente nenhum interesse, ou melhor, ações que possam impedir estas enchentes.

Nós tivemos aqui a CPI das enchentes e, na verdade, muito bem conduzida, mas que nada se avançou. Além disso, entendo que devemos impor vedação para o exercício do direito de superfície sobre edificações e áreas operacionais existentes ou que possam vir a situar em praças e parques naturais e urbanos. Eis que podem alterar de forma dramática, drástica, a paisagem destes bens, gerando intrusões e de alterações indesejáveis de suas características paisagísticas tradicionais. Imaginemos, por exemplo, um prédio sobre a estação do metrô no Estácio ou ainda na Praça Saens Peña, na Tijuca, entre outros locais existentes.

O Artigo 9º do PLC permite um pavimento acima dos gabaritos aprovados pelo recentíssimo Plano Diretor, sem qualquer compromisso com a qualidade urbanística e ambiental da cidade, interferindo de forma absurda. Também chamo atenção para o artigo 16 deste nefasto, eu chamo de nefasto sim, o PLC, que, pasmem senhores e senhoras vereadoras, permite que se construa sobre trecho de logradouro que já obedeceu ao chamado recuo, distorcendo a tradicional regra que renova as larguras dos nossos logradouros, desde que se pague Mais Valia ou Mais Valerá.

Aliás, essa mais valia é um absurdo! É você... Na verdade, propor a ilegalidade sempre. Porque você constrói de forma irregular porque já sabe que terá um Mais Valia lá na frente, que vai legalizar o ilegal.E agora, pior ainda, o Mais Valerá. Imagina, se o sujeito paga, ele pode construir aquilo que ele bem quiser.

Então, é vergonhoso. É absurda a proposta desse PLC. São 19 horas, mas está todo mundo firme aqui! A Sessão hoje não vai cair! Não cai, não, Senhor Presidente. Não cai! Não cai, porque o prefeito quer aprovar esse projeto. Ele quer atropelar tudo, como vem atropelando o tempo todo. E lamentavelmente uma parte significativa, ou melhor, que a maioria dos vereadores se submete, é cordeirinho.

Está lá obedecendo, porque é ano eleitoral, porque tem que aceitar a esmola que vem do seu prefeito: é a rua asfaltada, é a poda de árvores, é maquiagem da cidade... Porque, na verdade, os problemas sérios não estão sendo olhados ou, então, estão conseguindo lá uma graninha para um evento que vai fazer na praça, porque lamentavelmente é assim. O prefeito está dando grana, está dando dinheiro para tudo que é evento nesta cidade. Mas se esquece da Saúde e da Educação. E eu volto novamente a citar aqui a Escola Senador Corrêa, que está sendo destruída pelo cupim, ou melhor, foi destruída. E, para a Escola Senador Corrêa, não tinha dinheiro, não tinha verba para fazer aquela obra.

Agora, o que acontece com esse PLC? Na verdade, é para arrecadar, arrecadar e arrecadar. Quem tiver grana, quem tiver dinheiro, vai fazer o que bem entender. É lamentável, porque nós acabamos de aprovar o novo Plano Diretor. Mas para que tanta discussão, com o Plano Diretor, se chega o prefeito e modifica tudo? E os senhores vereadores se submetem a essa vergonha.

Era isso que eu tinha a dizer Senhor Presidente. Mas volto a ressaltar: esta votação não é democrática, porque as emendas não poderiam ter sido aprovadas se apresentadas aqui faltando minutos. Ou melhor, estarem lá, naquela Sala Inglesa, discutindo de uma maneira absurda, apressada, sem nenhuma discussão, sem nenhum aprofundamento. Então, eu lamento profundamente que, mais uma vez, os senhores vereadores votem contra o eleitor que o elegeu, contra o interesse da Cidade do Rio de Janeiro. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, nobre Vereadora Teresa Bergher.

A Presidência informa que o projeto recebeu Emendas de nos 1 a 84 , de autoria da Comissões com o seguinte teor:

(LENDO)

**Emenda nº 1**

**Autores:** COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

A ementa do PLC 163/2024 passará a ter a seguinte redação:

“ALTERA DISPOSITIVOS E REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 16 DE JANEIRO DE 2024 E LEGISLAÇÕES CORRELATAS, ESTABELECE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES E ACRÉSCIMOS NAS EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 2**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O parágrafo 2° do artigo 2° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 2º (...)

§ 2º Para a aplicação da fórmula mencionada no § 1º deste artigo, sobre as superfícies criadas, incidirá o Coeficiente de Aproveitamento Básico – CAB de 1.0, aplicando aos demais índices vigentes definidos para o local em que estiverem situadas, ou seu entorno imediato.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 3**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se o seguinte parágrafo novo no art. 2º do PLC nº 163/2024:

“Art. (...)

(...)  
§novo. Os recursos oriundos do pagamento de que trata o caput serão destinados ao Fundo Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável criado pela Lei nº 6.320, de 16 de janeiro de 2018, vedada sua aplicação em despesas correntes.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 4**

**Autores:** COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:

Art. Novo: Ficam suprimidos a alínea “h” do inciso II do §1º do art. 335, a alínea “f” do inciso III do §4º do art. 345 e o §8º do art. 352 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro 2024, renumerando-se os demais quando necessário.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 5**

**Autores:** COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:  
  
Art. Novo: Modificam-se a alínea “f” do inciso II e a alínea “a” do inciso III do §1º do art. 335, o §2º do art. 352, a alínea “a” do inciso II e o §4º do art. 354, o §3º do art. 368, o §4º do art. 371, o caput do art. 374, o caput e o inciso I do art. 375, o §1º do art. 376, as alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 395 e incisos I e II do art. 406 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro 2024, que passarão a ter as seguintes redações:  
  
(...)  
Art. 335. (...)  
(...)  
§1º (...)  
II -  
(...)  
f) Avenida Nelson Cardoso;  
(...)  
III - (...)  
a) Avenida Brasil, onde a faixa de incidência do Zoneamento é de duzentos metros no trecho dos bairros de Vila Militar, Padre Miguel, Bangu e Santíssimo;  
(...)  
  
Art. 352 (...)  
(...)  
§ 2º No caso de implementação de infraestrutura verde, esta consiste em dispositivos que permitam a ampliação da área drenante no imóvel, utilizando-se de vegetação, técnicas e materiais que auxiliem o sistema de drenagem através da infiltração e retenção da água da chuva.  
(...)  
  
Art. 354 (...)  
II - (...)  
a) os pavimentos em subsolo enterrados e semi-enterrados na forma disposta neste artigo;  
(...)  
  
§4º Nos terrenos e encostas com inclinação igual ou superior a 20 graus até 45 graus, o cômputo da altura e o do número máximo de pavimentos estão definidos na Subseção II desta Seção.  
(...)  
  
Art. 368 (...)  
(...)

§ 3º Em todo o Município, na reconversão para o uso residencial para o uso residencial ou misto de edificações regularmente licenciadas, quando não for possível o cumprimento do número mínimo de vagas, será dispensada a construção de novas vagas.  
(...)  
  
Art. 371  
(...)  
§ 4º Será permitida a demarcação de áreas de utilização de uso exclusivo das unidades do Grupamento Residencial I e no Grupamento Tipo Vila, que não constituirão lotes e não poderão impedir o acesso às áreas de uso comum.  
(...)  
  
Art. 374 As vias internas para veículos poderão adotar quaisquer tipos de terminação que permitam a viração adequada dos veículos, conforme figura nº 8 do Anexo XXIII, atendendo às seguintes dimensões mínimas:  
(...)

Art. 375, Nos grupamentos tipo residencial I, II, vila e nos grupamentos mistos, nas seguintes condições e respeitadas o estabelecido no COES - Lei Complementar nº198/2019, serão permitidas edificações constituídas apenas por dependências de uso comum e exclusivo dos grupamentos, nas seguintes condições:  
(...)  
  
I - Em relação a taxa de ocupação e área total edificável, observar-se-ão os dispositivos dos artigos 347 e 350 desta Lei Complementar.  
(...)  
  
Art. 376 (...)  
  
§ 1º As zonas onde serão permitidos grupamentos tipo vila estão definidas no Anexo XX, não se aplicando a ZRU e ZRM situadas na Macrozona de Uso Sustentável.  
  
Art. 395 (...)  
(...)  
III - (...)  
b) ZRM 2 F; e  
c) ZRM 3 C e D.  
(...)  
  
Art. 406 (...)  
I - Ficam dispensadas do afastamento frontal as edificações situadas nos logradouros de largura igual ou inferior a oito metros, exceto na Rua do Parque e na Rua Mourão do Vale;  
II - Poderão ser dispensados do afastamento frontal os imóveis situados dentro do limite da Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC, a critério do órgão de tutela.  
(...)

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024

**Emenda nº 6**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se a seguinte nova designação temática e sua disciplina no PLC 163/2024:  
  
 “Do Grupamento de Edificações

Art. - A licença para construção de grupamento de edificações dependerá da entrega gratuita ao Município de lote e de equipamento urbano e comunitário a ser construído, ou ainda de unidades de habitação de interesse social.  
  
§1º Considera-se equipamento urbano e comunitário aqueles dispostos no art. 42 da Lei Complementar nº 270, de 2024.

§2º A distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários e das unidades de habitação de interesse social deverá atender às diretrizes prioritárias estabelecidas para as diversas Macrozonas em que se divide o território municipal.  
  
§3º A obrigação de que trata o caput será proporcional à Área Total Edificável - ATE ou à quantidade de unidades residenciais do empreendimento e poderá ser convertida em obrigação financeira, na forma regulamentar.  
  
§4º Caso convertida em obrigação financeira, a aplicação dos recursos pelo Município não poderá ser em despesas correntes.

§5º A obrigação de que trata o caput não subsistirá quando houver o pagamento do valor integral devido à título de outorga onerosa do direito de construir.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 7**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Acrescenta-se § ao Art. 3º com a seguinte redação:  
  
“§5º O instrumento não será permitido no caso de lotes oriundos de remembramentos posteriores à entrada em vigor desta lei. (NR)”.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 8**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprime a Seção III intitulada “Retrofit de Edificações Existentes Regularmente Licenciadas” do PLC n° 163/2024, renumerando-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 9**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA,VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o artigo 4° do PLC n° 163/2024, renumerando-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 10**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o parágrafo único do artigo 4° do PLC n° 163/2024.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 11**

**Autores:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

Inclua-se o seguinte parágrafo novo no art. 5º do PLC nº 163/2024:  
  
§ 2º. As novas edificações previstas no caput do artigo deverão atender aos demais parâmetros de ocupação definidos na Lei Complementar 270/2024.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 12**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprime-se o Art. 5º e renumera-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 13**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Altera-se o Art. 5º e acrescenta-se § que passa a vigorar com a seguinte redação.  
  
“Art. 5º Nas áreas previstas no art. 12 da Lei Complementar nº 232 de 07 de outubro de 2021, será permitida a reconversão para o uso residencial multifamiliar, por meio da transformação de uso, pelo desdobramento em unidades autônomas, de edificações regularmente construídas e licenciadas até a data de publicação desta Lei Complementar, localizadas em Zonas Residenciais Unifamiliares e em Zona Especial 1, mediante pagamento de contrapartida, na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar, ficando permitida a alteração da volumetria da edificação existente.  
  
Parágrafo único. As alterações da volumetria propostas, conforme previsto no caput deste artigo, devem se limitar a ATE existente.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 14**

**Autores:** VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Altera o art. 6º do PLC Nº 163/2024, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º Fica permitida a transformação de uso, para uso residencial, das edificações destinadas à hospedagem, que tiveram benefícios edilícios específicos para o uso de hotel quando do licenciamento de sua construção, mediante pagamento de contrapartida incidente sobre a Área Total Edificável – ATE existente e legalizada.

§ 1º A contrapartida incidirá sobre a área destinada ao uso residencial multifamiliar e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

C = (1,2 Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x VC/m²

Onde:

C = Valor da Contrapartida

VC = Valor unitário padrão

Predial Ac = Área coberta

Acpp = Área coberta sobre piso permitido

Ad = Área descoberta

§ 2º Fica vedada a transformação de uso de que trata o caput para os hotéis inseridos em lote com testada para a Orla Marítima.

§3º Na Área de Planejamento 4 (AP 4), fica vedada a transformação de uso de que trata o caput para os hotéis inseridos na quadra da Orla Marítima.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 15**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O caput do art. 6° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 6º Fica permitida a transformação de uso das edificações destinadas à hospedagem, que tiveram benefícios edilícios específicos para o uso de hotel quando do licenciamento de sua construção, caracterizando o uso misto de residencial e hospedagem, mediante pagamento de contrapartida incidente sobre a Área Total Edificável – ATE que exceda os parâmetros permitidos atualmente.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 16**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O parágrafo 1° do art. 6° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 6º (...)

§ 1º A contrapartida incidirá sobre a área destinada ao uso residencial multifamiliar e será calculada de acordo com a seguinte fórmula:  
  
  
C = (1,2 Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x VC/m²

Onde:

C = Valor da Contrapartida

VC = Valor unitário padrão Predial

Ac = Área coberta

Acpp = Área coberta sobre piso permitido

Ad = Área descoberta”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 17**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído no art. 6° do PLC 163/2024 o seguinte parágrafo:  
  
“Art. 6º (...)   
  
§ Novo. A contrapartida prevista neste artigo incidirá apenas sobre a área que exceder os parâmetros previstos na LC 270/24 e no art. 61, inciso II da LC 229/21.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 18**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Art. 1º Fica incluído no art. 6° do PLC 163/2024 o seguinte parágrafo:  
  
“Art. 6º (...)   
  
§ Novo. A contrapartida a ser paga pela fórmula descrita no artigo, poderá ser compensada com a aquisição de direitos de Operação Interligada, estabelecida pela Lei Complementar n° 229/21.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 19**

**Autores:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Modifica o caput do art. 7º do PLC nº 163/2024:

“Art. 7º Nas edificações comerciais ficam permitidos, mediante pagamento de contrapartida, na forma estabelecida no art. 17 desta Lei Complementar:”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 20**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O inciso II do art. 7° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

II – varandas, com área excedente ao permitido, observado o disposto na Lei Complementar nº 145, de 06 de outubro de 2014, e os demais requisitos legais.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 21**

**Autores:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

Modifica o caput do art. 8º do PLC nº 163/2024:

Art. 8º O fechamento de varandas nas edificações residenciais multifamiliares e comerciais, quando não atendidas às condições previstas no art. 2º da Lei Complementar no 145 de 6 de outubro de 2014, poderá ser admitido mediante pagamento de contrapartida, calculada na forma do art. 18 desta Lei Complementar.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 22**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O caput do art. 8° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 8º O fechamento de varandas nas edificações residenciais multifamiliares, quando não atendidas às condições previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 145 de 6 de outubro de 2014, poderá ser admitido mediante pagamento de contrapartida, calculada na forma do art. 17 e art. 18 desta Lei Complementar.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 23**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

A Seção VI do PLC 163/2024 passa a ser intitulada de “Do Pavimento de Cobertura de Uso Privativo”.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 24**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

|  |
| --- |
| O art. 9° do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  “Art. 9º Fica permitida a construção de um pavimento de cobertura de uso privativo, acima do último pavimento permitido, em edificações afastadas ou não afastadas das divisas, mediante pagamento de contrapartida, cobrada sobre a área privativa correspondente a este novo pavimento, observadas as seguintes condições:  I – A ocupação não deverá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da área do último pavimento;  II – Obedecido o afastamento mínimo de 3 m (três metros) em relação ao plano da fachada voltada para a testada do lote.  III – Os demais afastamentos deverão obedecer ao disposto na Lei Complementar nº 198 de 14 de janeiro de 2019 – COES;  Parágrafo único. A construção do pavimento de cobertura de uso privativo deverá observar a legislação específica, quando houver” |
|
|
|

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 25**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprima-se o Artigo 12 do Projeto de Lei Complementar 163/2024

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 26**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O artigo 12 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 12. É permitida a ampliação horizontal nas áreas descobertas, em qualquer nível da edificação e nos pavimentos de cobertura já legalizados ou previstos pela legislação, limitados a um acréscimo correspondente a 10% da área do lote, mediante o pagamento de contrapartida, na forma e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.  
  
§ 1º. O limite de 10% da área do lote não se aplica ao pavimento de cobertura. Podendo, neste caso, ter sua ampliação em toda a área do pavimento.  
  
§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica ao afastamento frontal acima do primeiro pavimento das edificações.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 27**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Acrescenta § ao Art 12. e renumera-se os demais:

“Art. 12. É permitida a ampliação horizontal nas áreas descobertas, em qualquer nível da edificação e nos pavimentos de cobertura já legalizados ou previstos pela legislação, mediante o pagamento de contrapartida, na forma e condições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§1º O acréscimo horizontal não poderá ser superior a mais 10% do lote. (NR)”.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 28**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O art. 13 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Fica permitida, mediante pagamento da contrapartida prevista no art. 17 e art. 18 desta Lei Complementar, a inclusão de unidades habitacionais e ou salas comerciais nos pavimentos não computáveis permitidos pela legislação específica e no embasamento das edificações, estabelecido pelo art. 365 da Lei Complementar nº 270, de 2024, desde que mantida a volumetria prevista pela legislação em vigor.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 29**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprime-se o Art. 13 e renumera-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 30**

**Autores:** VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Modifique-se o caput do art. 14 do PLC 163/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Nos bairros da Glória e do Catete, fica permitida, mediante pagamento de contrapartida na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar, a complementação de gabarito para edificações não afastadas das divisas, visando à recomposição de quadras compostas por gabaritos mais elevados que aqueles previstos por legislações vigentes.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 31**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O caput do artigo 14 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 14. Fica permitida, mediante pagamento de contrapartida na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar, a complementação de gabarito, pela média dos lindeiros, para edificações não afastadas das divisas, visando à recomposição de quadras compostas por gabaritos mais elevados que aqueles previstos por legislações vigentes.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 32**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O art. 14 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 14. Fica permitida, mediante pagamento de contrapartida na forma estabelecida no art. 17 e art. 18 desta Lei Complementar, a complementação de gabarito para edificações não afastadas das divisas, visando à recomposição de quadras compostas por gabaritos mais elevados que aqueles previstos por legislações vigentes.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as áreas beneficiadas pela Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021.

§ 2º A aplicação do disposto no caput é válida aos imóveis preservados e tutelados mas fica condicionada a avaliação dos órgãos de tutela em áreas sujeitas a restrições impostas por legislação de proteção ao patrimônio arquitetônico e cultural.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 33**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O artigo 14 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 14. Fica permitida, mediante pagamento de contrapartida na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar, a complementação de gabarito para edificações não afastadas das divisas, visando à recomposição de quadras compostas por gabaritos mais elevados que aqueles previstos por legislações vigentes.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo as áreas beneficiadas pela Lei Complementar nº 229, de 14 de julho de 2021.

§ 2º A aplicação do disposto no caput fica condicionada a avaliação dos órgãos de tutela em áreas sujeitas a restrições impostas por legislação de proteção ao patrimônio arquitetônico e cultural.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 34**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprime-se o Art. 14 e renumera-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 35**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprima-se o Artigo 14 do Projeto de Lei Complementar 163/2024

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 36**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Art. 1º Fica incluído o seguinte parágrafo ao art. 14 do PLC 163/2024:  
  
“Art. 14. (...)

§ XXº O disposto no Caput será aplicado utilizando-se o gabarito médio das edificações limítrofes, de forma a complementar o padrão de ocupação da quadra, através do pagamento de contrapartida da diferença entre o número de pavimentos permitidos e o alcançado com base neste artigo.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 37**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprima-se o Artigo 15 do Projeto de Lei Complementar 163/2024

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 38**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O parágrafo 2° do art. 15 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 15. (...)

§ 2º Poderão coexistir no mesmo lote edificações coladas e afastadas das divisas.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 39**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Suprime-se o §2º do Art. 15 e renumera-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

|  |
| --- |
| **Emenda nº 40**  **Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA  **Texto da Emenda**  Fica suprimido o art. 16 do PLC 163/2024, renumerando-se os demais. |
|

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 41**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O inciso II do art. 17 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 17. (...)

II - se praticada por particular proprietário, em unidade de imóvel unifamiliar, bifamiliar, multifamiliar ou comercial, antes ou após a concessão do "habite-se", o valor da contrapartida será calculado com base em percentual do Valor Unitário Padrão Predial por metro quadrado constante de guia do IPTU relativa ao exercício em que for requerida e aos fatores de correção referentes a imóvel novo mediante aferição com dados do cadastro fundiário.“

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 42**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído no art. 17 do PLC 163/2024 o seguinte parágrafo:  
  
“Art. 17. (...)

§ Novo. A contrapartida a ser paga pelas fórmulas descritas neste artigo, poderá ser compensada com a utilização de direitos da Operação Interligada estabelecida pela Lei Complementar 229 de 14 de julho de 2021.“

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 43**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Art. 1º O caput do art. 19 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 19. Para execução de obras previstas nesta Lei Complementar, a concessão do habite-se fica condicionada ao pagamento integral da contrapartida.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 44**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O parágrafo 1° do art. 19 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 19. (...)

§ 1º Após o pagamento da primeira parcela deverá ser apresentada documentação exigida pelas normas vigentes para o prosseguimento do processo de licenciamento.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 45**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

O parágrafo 3° do art. 19 do PLC 163/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:  
  
“Art. 19. (...)

§ 3º Para os projetos de reconversão, o início das obras fica condicionado ao pagamento da primeira parcela da contrapartida calculada na forma do art. 17 desta Lei Complementar.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 46**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o parágrafo 2° do art. 20 do PLC 163/2024, renumerando-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 47**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído o seguinte Artigo, após art. 20 do PLC 163/2024:  
  
“Art. XX Na hipótese de aplicação desta Lei Complementar aos projetos já aprovados e ainda não lançados ou construídos, que venham a utilizar os benefícios previstos no art. 17, inciso I, aplicar-se-á os conceitos de modificação de projeto”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 48**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído o seguinte Artigo, após art. 20 do PLC 163/2024:

“Art. XX O parcelamento de uma gleba, lote ou terreno, cujos lotes resultantes tenham testada exclusiva para alinhamento projetado aprovado – PAA e ainda não implantado, será considerado como desmembramento, na forma prevista pelo art. 289, § 2º da LC 270/2024, mediante assinatura pelo empreendedor ou proprietário do imóvel, de Termo de Urbanização do PAA não implantado para acesso à gleba, lote ou terreno original a ser parcelado, que deverá ser provido de infraestrutura, conforme estabelecido no art. 317 do Seção I do Capítulo IV da LC 270/2024.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 49**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído o seguinte Artigo, após art. 20 do PLC 163/2024:

“Art. XX Os parâmetros urbanísticos definidos pelo Anexo XXI da LC 270/2024 prevalecerão sobre os parâmetros urbanísticos definidos pelo Decreto n° 50.412 de 18 de março de 2022, que instituiu o zoneamento ambiental da APA do Sertão Carioca, mesmo que menos restritivos.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 50**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica incluído o seguinte Artigo, após art. 20 do PLC 163/2024:

“Art. XX As unidades residenciais projetadas em pavimentos adquiridos mediante ao pagamento de contrapartida, não serão computadas no cálculo do Coeficiente de Adensamento (Q) determinados pelo Art. 348 da Lei Complementar 270/2024, nem no cálculo de área útil média exigida pelo item I do Art. 11 da Lei Complementar 198 de 14 de Janeiro de 2019.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 51**

**Autores:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Acrescenta as Seções X-A e X-B ao Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“Seção X-A

Das obrigações relativas aos equipamentos urbanos e comunitários

Art.\_ A licença de construção de grupamentos de edificações dependerá da transferência gratuita ao Município de lote e de equipamento público e comunitário, atendendo ao seguinte:

I - grupamento de edificações com quinhentas ou mais unidades residenciais e menos de mil unidades residenciais: um equipamento com os padrões estabelecidos pelo órgão responsável relacionados com o número de unidades residenciais desse grupamento;

II - grupamento de edificações com um mil ou mais unidades residenciais: um equipamento, conforme o disposto no inciso anterior, mais outro nos padrões do primeiro, para cada um mil unidades residenciais ou fração que exceder as um mil unidades iniciais;

III - a cada equipamento corresponderá um lote obedecendo às disposições da Seção III do Capítulo III do Título IV da Lei Complementar nº 270 de 2024;

IV- caso o grupamento esteja inserido em PAL que disponha de lote público destinado a construção de escola, a doação do lote correspondente à primeira escola será dispensada.

§ 1º A obrigação de transferência gratuita de área e de construção de equipamento público e comunitário estende-se aos conjuntos integrados de grupamentos de edificações projetados em áreas de terrenos contínuas, objeto de loteamento ou desmembramento e que, embora isoladamente apresentem menos de quinhentas unidades, na sua totalidade, ultrapassem esse limite.

§ 2º. A obrigação de que trata este artigo constará da licença para a construção do grupamento.

§ 3º. O "habite-se" parcial de grupamento residencial fica limitado ao máximo de 50% cinquenta por cento das unidades, antes do cumprimento da obrigação da construção e transferência gratuita do equipamento, da aprovação do desmembramento do respectivo lote e da sua transferência.

§ 4º. O Município poderá determinar, a seu critério, que a obrigação de construção e de transferência gratuita do equipamento urbano e comunitário público seja cumprida em outro local.

Art. O Município poderá aceitar, a seu critério, as obrigações referidas nesta Seção em pecúnia.”

Art. O Poder Executivo regulamentará os padrões técnicos e demais elementos pertinentes à aplicação dos institutos previstos nesta seção.

**Seção X-B  
Das medidas mitigadoras**

Art. Os órgãos municipais responsáveis pela análise do projeto, poderão exigir do responsável por empreendimentos que dependam de licença a execução de medidas, visando a mitigação, atenuação ou compensação dos impactos urbanísticos porventura causados, sem ônus para o Município, as quais deverão ser cumpridas até a ocasião do habite-se.

§1º - As medidas de que trata o caput poderão ser exigidas, dentre outras maneiras, na forma de serviços, execução de infraestrutura e ajustes de projeto.

§2º - Os impactos referidos no caput serão avaliados, sempre que possível, de maneira sinérgica, podendo sua análise ser procedida, em conjunto com a de outros empreendimentos em instalação na mesma região.

§3º Quando exigidas em conjunto, o Município zelará para que o ônus da implementação das medidas mitigadoras seja distribuído proporcionalmente entre os empreendimentos, observados o porte de cada um.

Art. Nos casos dos empreendimentos que se enquadrarem nas disposições previstas nos artigos 291 e 292 da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro de 2024, as medidas constarão do Relatório de Diretrizes Territoriais - RDT.

Art. O Município poderá aceitar, a seu critério, as medidas mitigadoras referidas nesta Seção em pecúnia.”

Art. - O Poder Executivo regulamentará os padrões técnicos e demais elementos pertinentes à aplicação dos institutos previstos nesta seção.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 52**

**Autores:** VEREADOR LUCIANA BOITEUX, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclui artigo novo ao PLc º 163/2024, com a seguinte redação:

“Artigo. Pelo menos 50% do valor arrecadado pelos dispositivos desta Lei será destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 53**

**Autores:** VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se o seguinte artigo novo nas Disposições Finais do PLC nº 163/2024:

“Art. novo - É vedada a aplicação dos recursos oriundos do pagamento de contrapartida de que trata esta Lei Complementar em despesas correntes.”

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 54**

**Autores:** COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:

Art. Novo: Incluam-se novos parágrafos aos artigos 327 e 354, novos incisos ao artigo 536 e novos artigos 394-A e 426-A à Lei Complementar nº 270/2024, renumerando-se os demais quando necessário, passando a ter as seguintes redações:  
  
Art. 327 (...)

§ 1º Fica vedado todo e qualquer loteamento de iniciativa particular acima da curva de nível sessenta metros, ressalvadas as condições de abertura do logradouro dispostas no artigo 298 desta Lei Complementar.

§ 2º Além das condições dispostas no § 1º deste artigo, serão admitidos apenas desmembramentos de áreas com testada para logradouro público aceito, com lotes que possuam áreas e dimensões de acordo com o estabelecido no Anexo XXI e no Quadro 24.2 do Anexo XXIV.

(...)  
Art. 354 (...)

(...)  
§ 8º Entende-se como pavimento em subsolo enterrado aquele que não aflora no solo em qualquer ponto do terreno e pavimento em subsolo semi-enterrado aquele em que o piso do pavimento imediatamente superior não ultrapassa a cota +1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do ponto mais baixo do meio-fio correspondente à testada do lote.

(...)  
Art. 394-A Ficam permitidos os usos comercial 3 e serviços 3 nas edificações não residenciais ou mistas localizadas nas vias onde estão inseridos os BRTs nas Áreas de Planejamento 4 e 5.

(...)  
Art. 426 (...)

Art. 426-A Na área abrangida pelo Polo Gastronômico da Tijuca, definida por legislação vigente, inclusive na Rua Almirante João Cândido Brasil, ficam permitidas as atividades de bar, restaurante e similares em edificações não residenciais ou mistas.

§ único - Não se aplicam ao artigo 426-A as regras estabelecidas no caput e nos incisos I e II do art. 367.

(...)  
  
Art. 536 (...)

(...)  
Inciso Novo - o Decreto nº 6.996, de 30 de setembro de 1987;

(...)

Inciso Novo - o Decreto nº 8.321, de 29 de dezembro de 1988

(...)

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 55**

**Autores:** VEREADOR PEDRO DUARTE, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o art. 21 do PLC 163/2024, renumerando-se os demais.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 56**

**Autores:** VEREADORA TÂNIA BASTOS, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se um novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:  
  
  
  
Art.\_\_\_\_\_ Excetuam-se da cobrança de que trata esta Lei Complementar os equipamentos públicos de interesse coletivo e as áreas ocupadas por templos religiosos contemplados pela imunidade tributária.

lenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 57**

**Autores:** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se um novo artigo ao PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. \_\_\_\_ Fica estendido o prazo para aplicação de potencial construtivo, oriundo da Lei Complementar nº 133 de 30 de dezembro de 2013 - Operação Urbana Consorciada Parque Municipal Natural Nelson Mandela, na Barra Da Tijuca, de até trinta e seis meses da data da publicação da presente Lei Complementar.

§1º Para fins da aplicação do potencial de que trata o caput, fica permitida a construção de mais dois pavimentos além daqueles previstos na Lei Complementar nº 133 de 30 de dezembro de 2013, mediante pagamento de contrapartida a ser calculada conforme a fórmula abaixo:

C=(1,2Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x Vr/m2 x P x Tr x 0,1

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 58**

**Autores:** VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ZICO, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se um novo artigo ao PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art.\_\_\_\_\_\_Fica permitida a utilização do potencial construtivo da Operação Urbana Consorciada Parque Municipal de Inhoaíba, estabelecida pela Lei Complementar nº 258 de 15 de dezembro de 2022, no lote 2 do PAL 29.836.   
§1º Para fins da aplicação do potencial de que trata o caput, fica permitida a construção de mais seis pavimentos mediante pagamento de contrapartida a ser calculada conforme a fórmula abaixo:

C=(1,2Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x Vr/m2 x P x Tr x 0,1

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 59**

**Autores:** VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Incluam-se dois novos artigo ao PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art.\_\_\_Fica estabelecido o prazo de até 01 dezembro de 2024 para requerimento de licenciamento de projetos obras não executadas a serem licenciadas, mediante aplicação de contrapartida por acréscimos não previstos na legislação ordinária.

Art.\_\_\_Fica estabelecido o prazo de três anos requerimento de legalização por contrapartida de edificações já executadas, mediante aplicação de contrapartida por acréscimos não previstos na legislação ordinária.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 60**

**Autores:**  VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se um novo artigo ao PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art.\_\_\_Fica prorrogado o prazo até 31 de dezembro de 2024, para a apresentação dos pedidos de projetos ainda não realizados por contrapartida , na forma desta Lei Complementar.

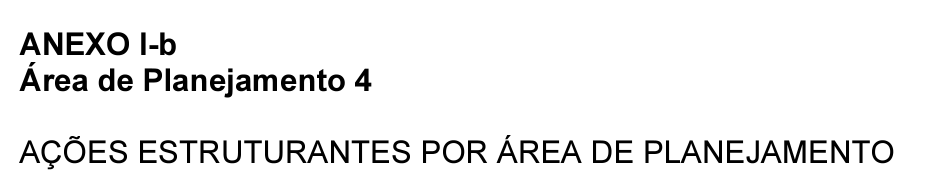
Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

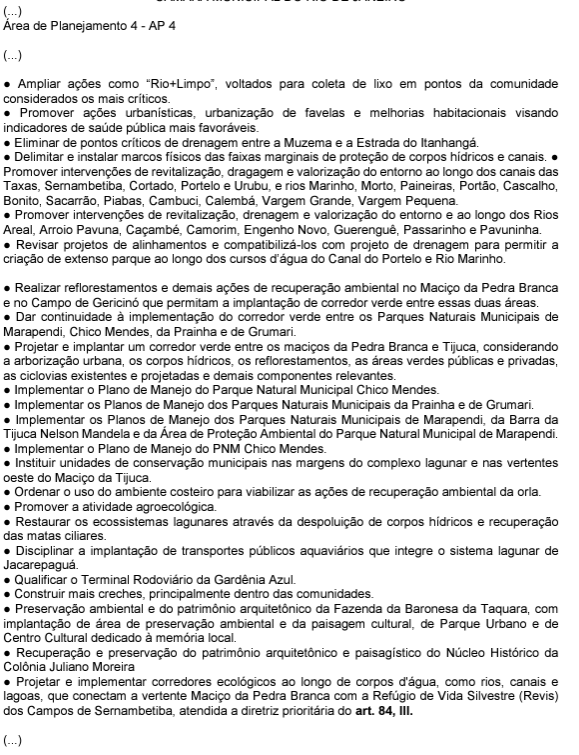
**Emenda nº 61**

**Autores:** COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

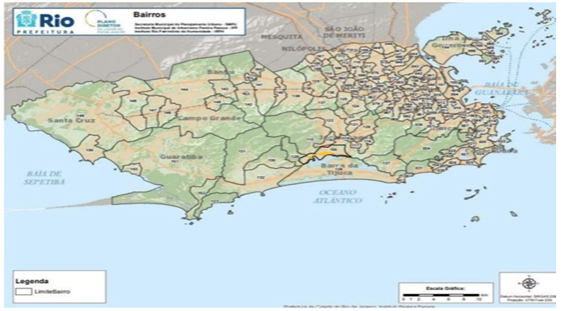
**Texto da Emenda**

Inclua-se um novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação: Art. Novo Os Anexos I-b, V, VII, VIII, XIV, XV, XVII, XVIII, XX, XXIII, XXIV, XXV da Lei Complementar nº 270, de 16 de janeiro 2024, passarão a ter as seguintes configurações:

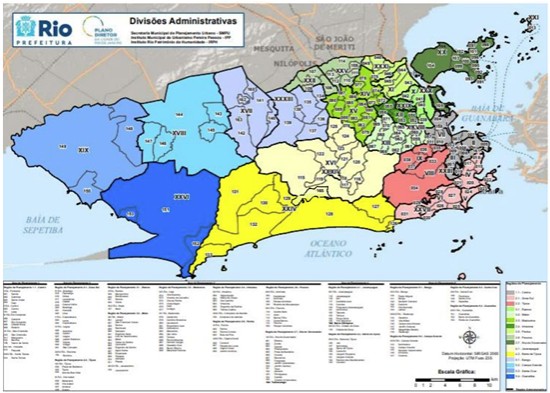


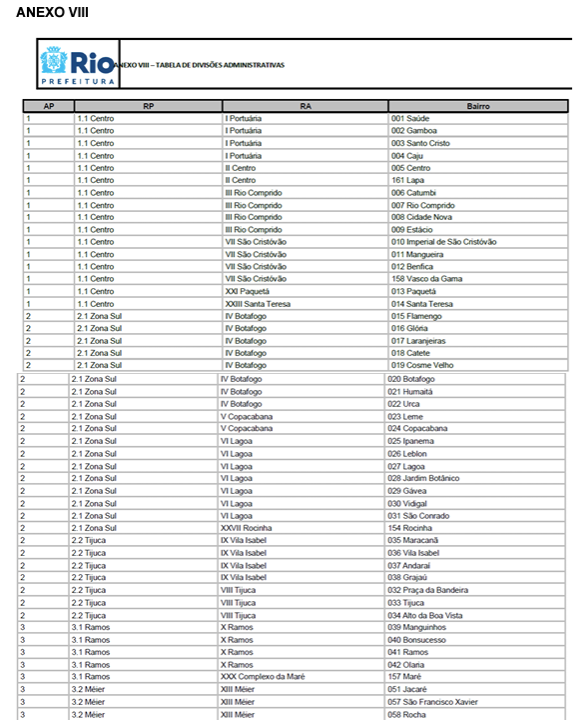




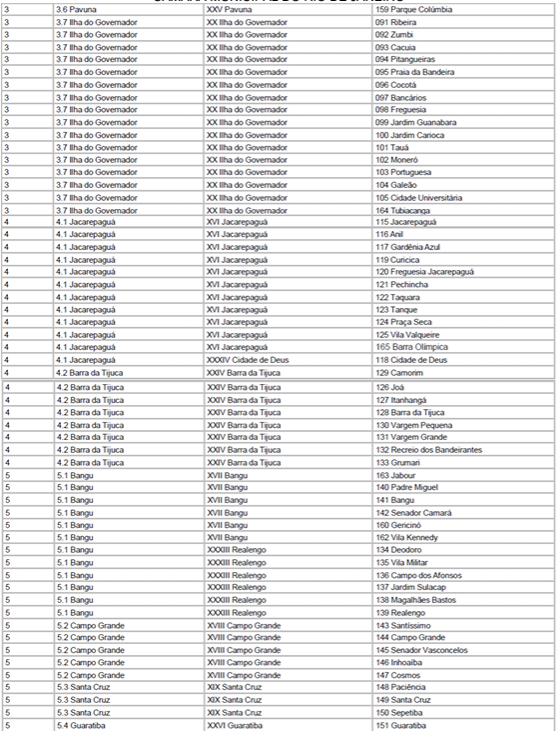




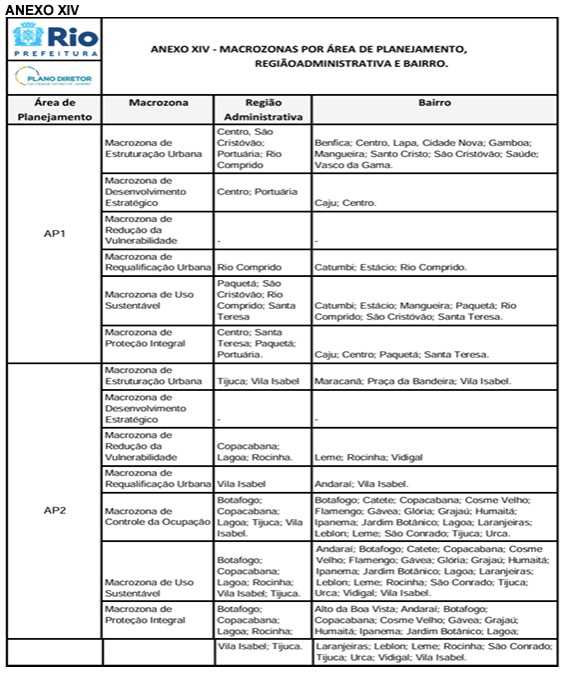


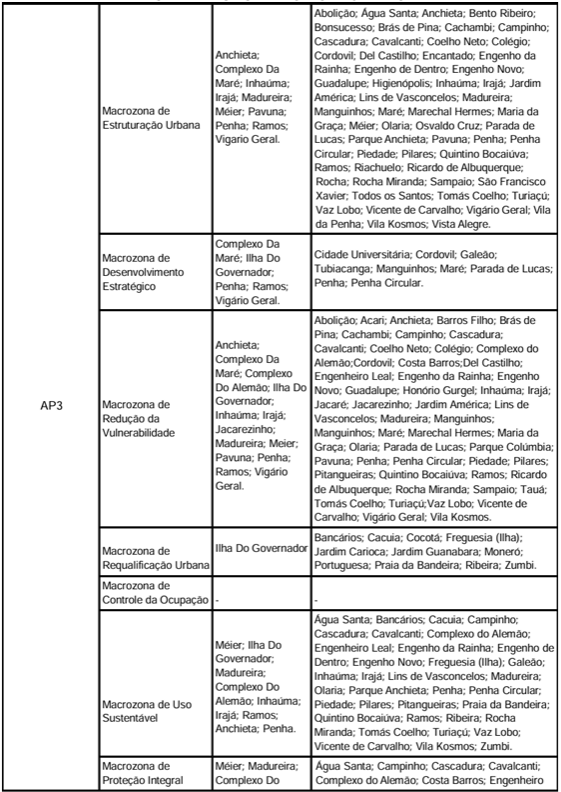


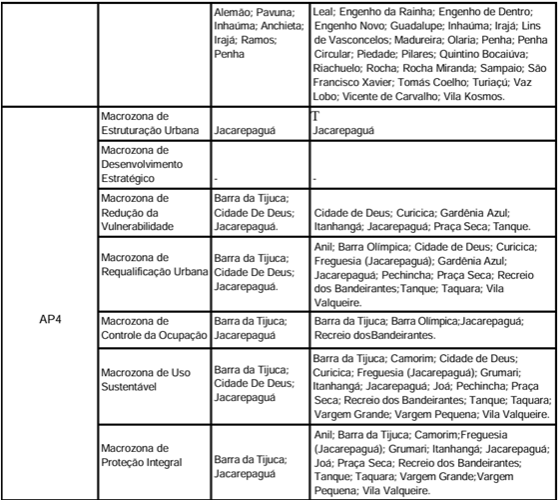


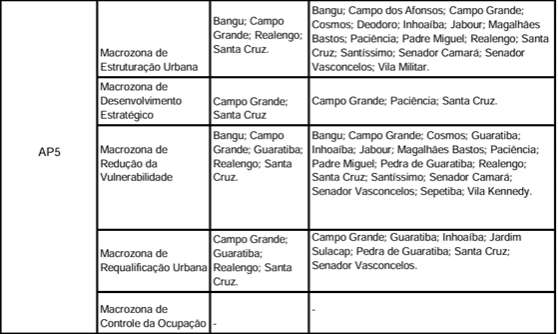


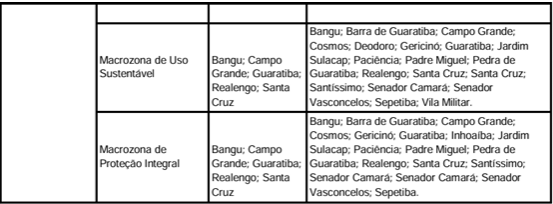




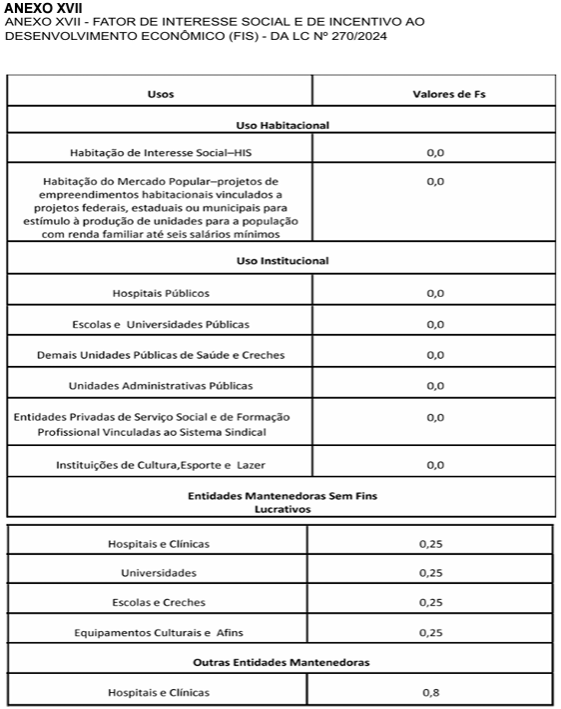


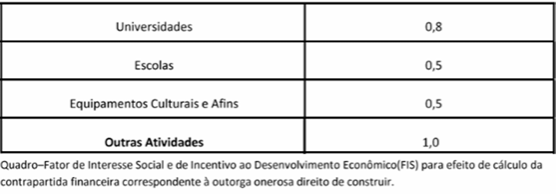


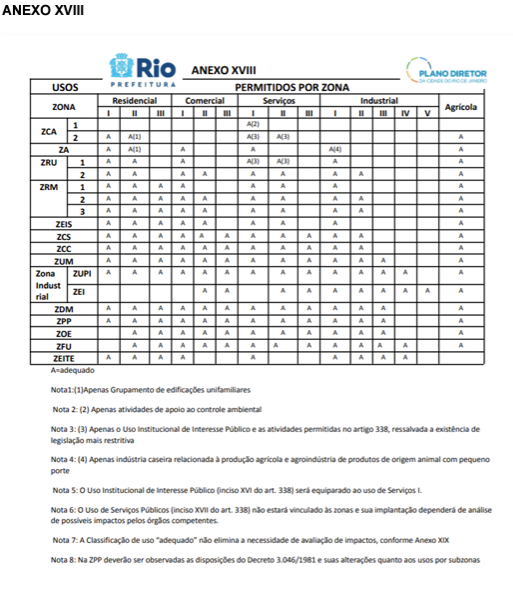
****

****

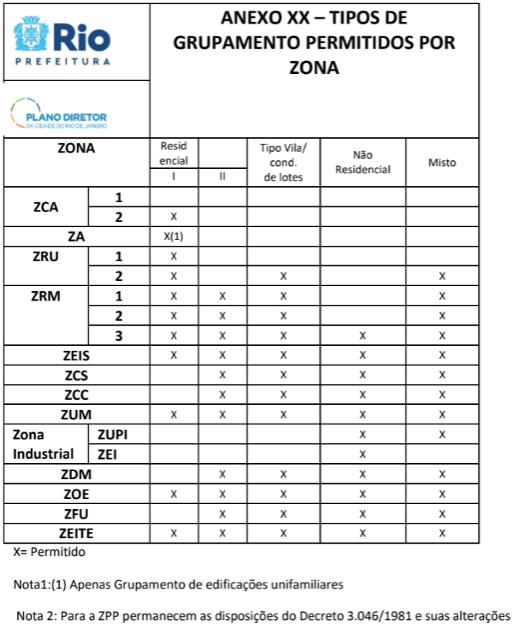
****

****

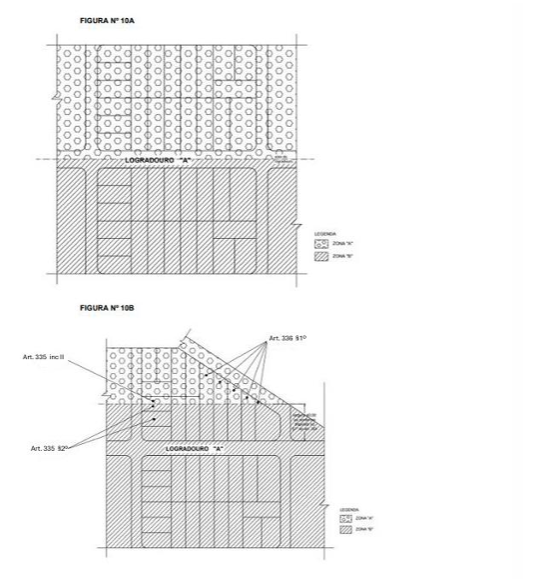
****

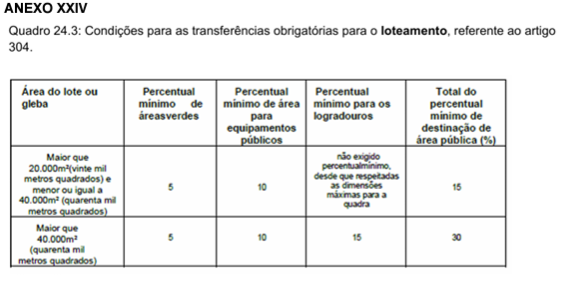
****

****

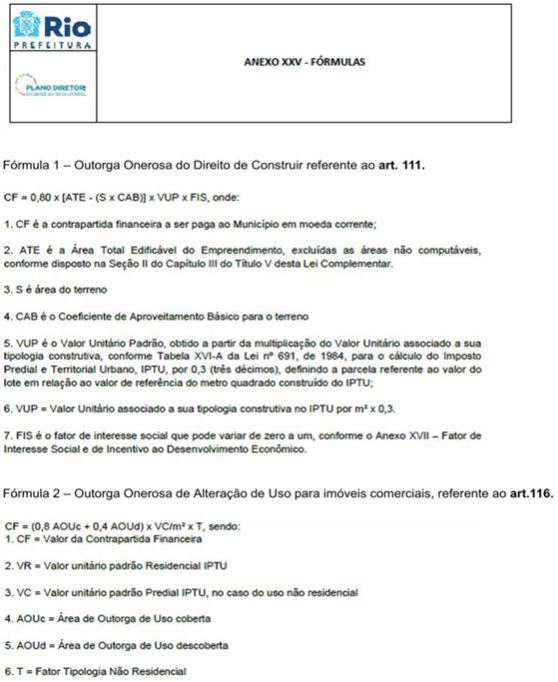
****

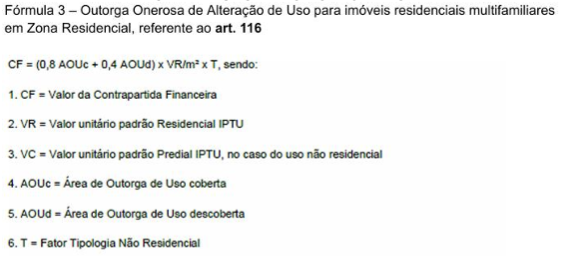
****

****

****

****

****

****

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 62**

Autor: VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica acrescido um novo artigo na seção VII do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

# Art. novo – Nos lotes incluídos no Decreto nº 50.412/2022, que cria o zoneamento ambiental da APA do Sertão Carioca, fica permitido utilizar os parâmetros da Lei Complementar 270/2024 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro) descritos no anexo XXI, área de planejamento 4, mediante o pagamento sobre o acréscimo do potencial utilizado em relação ao referido Decreto.

§ 1º Para aplicação do Caput do artigo limita-se ao prazo estabelecido para Outorga Onerosa do Direito de Construir previsto na Lei Complementar 270/2024.

§ 2º Para o cálculo da importância a ser recolhida nas hipóteses constantes deste artigo, será utilizada a seguinte fórmula:

C=(1,2Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x Vr/m2 x P x Tr x 0,05

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 63**

Autor: VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica acrescido um novo artigo na seção VII do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

# Art. novo – Nos lotes incluídos na ZOC5 F do Decreto nº 50.412/2022, que cria o zoneamento ambiental da APA do Sertão Carioca, fica permitido utilizar os parâmetros da Lei Complementar 270/2024 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro) descritos no anexo XXI, área de planejamento 4.

Parágrafo único. Para aplicação do Caput do artigo limita-se ao prazo estabelecido para Outorga Onerosa do Direito de Construir previsto na Lei Complementar 270/2024.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 64**

Autore: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica acrescido um novo artigo na seção VII do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

# Art. novo - Nos PALs onde não haja formação de área coletiva, ficam nestes casos cancelados todos os limites de profundidade, mediante o pagamento sobre a ATE dos pavimentos que excederem o referido limite.

§ 1º Para o cálculo da importância a ser recolhida nas hipóteses constantes deste artigo, serão utilizadas as seguintes fórmulas:

C=(1,2Ac + 0,6 Ad + 0,6 Acpp) x Vr/m2 x P x Tr x 0,1

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 65**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024**,** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o inciso I do artigo 7º do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 66**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024**,** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Fica suprimido o artigo 4º e seu parágrafo único do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 67**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024**,** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Modifica-se o inciso II do artigo 7º do PLC 163/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 7º (...)

(...)

II - varandas com área excedente a 20% da área útil das unidades, nos termos do art. 8º, § 5º da Lei Complementar nº 198, de 14 de janeiro de 2019, e os demais requisitos legais.

(...)

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 68**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Adicione-se nova Seção, onde couber, ao Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“Nova Seção Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios; do IPTU Progressivo e da Desapropriação com Pagamento em Títulos Novo Artigo.

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aplicar o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios; o IPTU Progressivo e a Desapropriação com Pagamento em Títulos, conforme disposto no artigo 150 da Lei Complementar 270 de 2024 e na Lei Federal 10.257 de 2001.”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 69**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Adicione-se novo parágrafo ao artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“§ Novo. Os elementos a serem implantados junto às vias e às áreas operacionais do transporte público coletivo de passageiros deverão ser analisados, quanto ao impacto no tráfego local, pela Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET-RIO, a fim de assegurar o direito universal à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 70**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Adicione-se novo parágrafo ao artigo 3º do Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“§ Novo. A situação prevista no caput deste artigo não se aplica para as Zonas de Conservação Ambiental 1”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 71**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Adicione-se novo parágrafo ao artigo 12 do Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“§ Novo. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos prismas de iluminação e ventilação necessários para garantia de habitabilidade previstas na Lei Complementar 198/2019.”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 72**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Adicione-se novo parágrafo ao artigo 13 do Projeto de Lei Complementar nº 163/2024 com a seguinte redação:

“§ Novo. Fica vedado o uso residencial em pavimentos de subsolo sem condições de iluminação e ventilação adequadas previstas na Lei Complementar 198/2019;”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 73**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA**,** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Modifique-se o artigo 5º do Projeto de Lei Complementar 163/2024, passando a constar com a seguinte redação:

"Art. 5º Nas áreas previstas no art. 12 da Lei Complementar n° 232 de 07 de outubro de 2021, será permitida a reconversão para o uso residencial multifamiliar, por meio da transformação de uso, pelo desdobramento em unidades autônomas, de edificações regularmente construídas e licenciadas até a data de publicação desta Lei Complementar, localizadas em Zonas Residenciais Unifamiliares, mediante pagamento de contrapartida, na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar.

Art. 6º (...)"

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 74**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA,VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Modifique-se o artigo 14 do Projeto de Lei Complementar 163/2024, passando a constar com a seguinte redação:

"Art. 14. Fica permitida, mediante pagamento de contrapartida na forma estabelecida no art. 18 desta Lei Complementar, a complementação de gabarito para edificações não afastadas das divisas, visando à recomposição de quadras compostas por gabaritos mais elevados que aqueles previstos por legislações vigentes, tendo como referência a média do gabarito dos imóveis lindeiros."

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 75**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA**,** VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Modifique-se os incisos I e II do Artigo 17 do Projeto de Lei Complementar 163/2024, passando a constar com a seguinte redação:

“Art. 17 O cálculo do valor da contrapartida de que trata esta Lei Complementar se dará da seguinte forma:

I - se praticada em imóvel multifamiliar ou comercial, pelo construtor pessoa física ou pessoa jurídica, será calculado com base em percentual do Valor Unitário Padrão Predial por metro quadrado, constante de guia do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, relativa ao exercício em que for requerida e aos fatores de correção referentes a imóvel novo, mediante aferição com dados do cadastro à ;

II - se praticada por particular proprietário, em unidade de imóvel unifamiliar ou bifamiliar, ou em unidade de edificação multifamiliar ou comercial após a sua concessão, o valor da contrapartida será calculado com base em percentual do Valor Unitário Padrão Predial por metro quadrado constante de guia do IPTU relativa ao exercício com dados do cadastro fundiário, sendo que os imóveis adquiridos na planta terão taxação calculada pelo valor atribuído à pessoa física, nos casos de alteração de suas características antes da concessão do habite-se.”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 76**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Modifica o artigo 21 do Projeto de Lei Complementar 163/2024, passando a constar com a seguinte redação:

“Art. 21 A adesão aos critérios desta Lei Complementar terá prazo de três anos, a contar da data de publicação desta Lei, e importará em renúncia a quaisquer ressarcimentos.”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024.

**Emenda nº 77**

Autor: VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO

**Texto da Emenda**

Modifique-se o título da Seção III e o parágrafo único do artigo 4º no PLC nº 163/2024, passando a constar com a seguinte redação:

“Seção III

Modificação Interna de Edificações Existentes Regularmente Licenciadas

Art. 4º (...)

Parágrafo único. Nos casos em que houver demolição para reconstrução na mesma volumetria, a parte da edificação que exceder a legislação em vigor será licenciada mediante pagamento de contrapartida, conforme o estabelecido na fórmula 1 do Anexo XXV da Lei Complementar no 270, de 16 de janeiro de 2024.”

Plenário Teotônio Villela, 19 de junho de 2024

**Emenda nº 78**

Autor: VEREADOR ROCAL, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda**

Inclua-se, onde couber, novo artigoao PLC 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário, passando a ter a seguinte redação:

Art.\_ Na Área de Planejamento 5, a licença de construção de edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto dependerá da transferência gratuita ao Município de lote e de equipamento público e comunitário, atendendo ao seguinte:

I - Edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto com 500 (quinhentas) ou mais unidades residenciais e menos de 1000 (um mil) unidades residenciais: um equipamento com os padrões estabelecidos pelo órgão responsável relacionados com o número de unidades residenciais desse grupamento;

II - Edificações residenciais multifamiliares ou de uso mistocom 1000 (hum mil) ou mais unidades residenciais: um equipamento, conforme o disposto no inciso anterior, mais outro nos padrões do primeiro, para cada 1000 (hum mil)unidades residenciais ou fração que exceder as 1000 (hum mil)unidades iniciais;

III - a cada equipamento corresponderá um lote obedecendo às disposições da Seção III do Capítulo III do Título IV da Lei Complementar nº 270 de 2024;

Parágrafo único. Das edificações residenciais multifamiliares ou de uso misto com menos de 500 (quinhentas)unidades residenciais será exigida obrigação proporcional às obrigações estabelecidas neste artigo.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 79**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Inclua-se, onde couber, novo parágrafo ao artigo 13 do PLC 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário, passando a ter a seguinte redação:

Art. 13 (...)

§ Novo– O previsto no caput não se aplica aos pavimentos em subsolo, onde é vedado o uso residencial.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 80**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:

Art. \_\_\_\_ O art. 144 da Lei Complementar nº 270/2024, passará a ter a seguinte redação:

Art. 144 Ficam definidas como Áreas de Especial Interesse Funcional - AEIFs, destinadas a planos especiais de ocupação, as seguintes áreas:

I - Campus da Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro - PUC - Rio, localizada na Gávea, VI Região Administrativa – Lagoa, correspondente à ZOE D;

II - Cidade Universitária, localizada na Ilha do Fundão, XX Região Administrativa: onde incidirá plano específico de ocupação, obedecidos os limites máximos estabelecidos no Anexo XXI; e

III - Fiocruz - Campus Manguinhos, localizada na X e XXX Regiões Administrativas: obedecidos os parâmetros estabelecidos por setor no Anexo XXI.

§1º Para efeito de regularização das edificações existentes nas AEIFs de que trata o caput deste artigo, ficam aceitos os parâmetros existentes das edificações construídas até a promulgação desta Lei Complementar.

§2º As delimitações das áreas mencionadas nos incisos I, II e III deste artigo serão estabelecidas por ato do Poder Executivo em até cento e vinte dias.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 81**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Inclua-se, onde couber, novo artigo ao PLC nº 163/2024 com a seguinte redação:

Art. \_\_ Fica acrescido novo inciso ao art. 535 da Lei Complementar nº 270/2024, renumerado-se quando necessário, com a seguinte redação:

Art. 535 (...)

(...)

inciso novo - o Decreto nº 50.205, de 16 de fevereiro de 2022 - Alínea “a” do inciso II do art. 4º.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 82**

Autor: COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO – RESOLUÇÃO N° 11.898/2024, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Inclua-se, onde couber, novo parágrafo ao artigo 16 do PLC 163/2024, renumerando-se os demais quando necessário, com a seguinte redação:

Art. 16 (...)

§ Novo– Fica estabelecido o prazo de trinta meses, a contar da data da publicação desta lei complementar, para a apresentação dos pedidos de legalização por contrapartida dispostos no caput deste artigo.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 83**

Autor: VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Fica acrescido um novo artigo na seção VII do PLC nº 163/2024, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

# Art. novo – No imóvel sito à Praça Gilson Amado, s/n - Barra da Tijuca, fica permitido acréscimo de um pavimento, taxa de ocupação de 50% e CAB de 1,75 mediante pagamento de contrapartida.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

**Emenda nº 84**

Autor: VEREADOR ÁTILA NUNES, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR JAIR DA MENDES GOMES, VEREADOR ULISSES MARINS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR JUNIOR DA LUCINHA, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADOR ZICO, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR MARCELO DINIZ, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADOR ALEXANDRE BEÇA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JOÃO RICARDO, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADORA TAINÁ DE PAULA

**Texto da Emenda:**

Inclui inciso II ao art. 18, do PLC 163, com a seguinte redação:

II - à vista com desconto de cinquenta por cento do total da contrapartida calculada, no prazo de até trinta dias a contar da emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DARM, para os pedidos apresentados até 01 de dezembro de 2024.

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – A Sessão está suspensa por cinco minutos.

(Suspende-se a Sessão às 18h39 e reabre-se às 18h45)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está reaberta a Sessão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão

Para encaminhar a votação, o nobre Vereador Átila Nunes, Líder do Governo, que dispõe de três minutos.

O SR. ÁTILA NUNES – Boa noite, Presidente; boa noite a todos os vereadores e vereadoras, servidores da Casa, imprensa e todos aqueles que estão nos acompanhando.

Presidente, para gente ser de forma bem objetiva, já são 18h45 da noite, vou fazer um encaminhamento de dois blocos, acredito que a gente até já tenha antecipado, para poderem fazer o acompanhamento na Mesa Diretora, mas vamos lá, Presidente.

Para votar favoravelmente, o governo encaminha as Emendas n**os** 1, 2, 69, 4, 5, 70, 77, 11, 14, 19, 21, 24, 71, 64, 62, 63, 83, 30, 38, 84, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 65, 67, 79, 80, 81, 82.

Para votar contrariamente, o governo encaminha as Emendas n**os** 3, 6, 7, 8, 9, 10, 73, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 72, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 74, 75, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 60, 66, 68, 76, 78.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – O Vereador Átila encaminhou em dois blocos, o primeiro bloco encaminhou favoravelmente as Emendas nos 1, 2, 69, 4, 5, 70, 77, 11, 14, 19, 21, 24, 71, 64, 62, 63, 83, 30, 38, 84, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 65, 67, 79, 80, 81, 82. Esse foi o primeiro bloco.

O segundo bloco, o Líder do Governo encaminhou voto contrário às Emendas n**os** 3, 6, 7, 8, 9, 10, 73, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 72, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 74, 75, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 60, 66, 68, 76, 78.

A Presidência, portanto, submete ao Plenário a proposta de votação em bloco das referidas emendas nos moldes do encaminhamento feito pelo nobre Vereador Átila Nunes.

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Pedro Duarte.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 31 (trinta e um); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Monica Cunha, Pedro Duarte, Teresa Bergher e William Siri 5 (cinco). Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 36 (trinta e seis) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 37 (trinta e sete) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 31 (trinta e um) senhores vereadores; NÃO 5 (cinco) senhores vereadores.

Aprovado.

Em votação.

A SRA. TERESA BERGHER – Para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Para encaminhar, a nobre Vereadora Teresa Bergher, líder do PSDB, que dispõe de três minutos.

A SRA. TERESA BERGHER – Senhor Presidente, eu não poderia deixar de fazer este encaminhamento, e de dizer que eu vou votar NÃO, por uma razão muito simples. Às 18h11, eu recebi as 84 emendas, são 87 páginas. E eu quero que fique registrado nos Anais desta Casa, que, às 18h11, eu recebi essas emendas.

É humanamente impossível. Nenhum gênio do urbanismo conseguiria apreciar e estudar estas emendas. Então, não há condição alguma de se votar este projeto. E ele é, acima de tudo, antidemocrático. Os vereadores que me desculpem, mas não tiveram absolutamente tempo de examinar e de estudar uma matéria que é tão importante para a nossa Cidade do Rio de Janeiro.

Muito obrigada. Era isso que eu queria dizer, e o meu voto será NÃO.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Obrigado, Vereadora.

Para encaminhar, o nobre Vereador Pedro Duarte, líder do Novo, que dispõe de três minutos.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, antes de fazer o meu encaminhamento, eu gostaria, na verdade, de fazer um questionamento à Mesa, que eu considero importante para o procedimento aqui, para o andamento da votação.

Para que a matéria não saia de votação, as emendas apresentadas precisam ter a assinatura das comissões. Eu poderia visualizar essas assinaturas das comissões? Para que as emendas sejam apresentadas e não tirem o projeto da pauta, tem de haver a assinatura das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Sim, e tem.

O SR. PEDRO DUARTE – Posso visualizar?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pode.

O SR. PEDRO DUARTE – Acho que é importante a gente poder fazer. Onde elas estão, fisicamente?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Estão na Mesa, aqui. Todas autorizadas, como foi da mesma forma do Vasco e do Autódromo, como a gente sempre fez, em todos os processos.

O SR. PEDRO DUARTE – Então, a gente pode dar uma olhada?

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Pode, pode olhar.

O SR. PEDRO DUARTE – Está bom. Presidente, farei o encaminhamento e logo no final faço a leitura de todas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Sem problemas. Da mesma forma que Vossa Excelência fez no Vasco, também, se repetiu agora no autódromo, com a autorização de todos, e todos assinaram.

O SR. PEDRO DUARTE – Presidente, mais uma vez aqui, fazer o encaminhamento da matéria, naturalmente um voto contrário a esse projeto, em função de tudo que já foi dito pela Vereadora Teresa Bergher e pelos outros vereadores, porque foi inviável a gente poder visualizar e discutir cada uma dessas matérias.

Inclusive, acabamos de ver, nas emendas que entraram, alguns assuntos que nunca foram discutidos, nunca foram discutidos. Uma delas, com relação, por exemplo, à postergação, à ampliação do prazo da Operação Urbana Consorciada Nelson Mandela, para que esse potencial seja realizado.

Eu não digo nem que sou a favor, nem que sou contra, estou só dizendo que não tive sequer tempo, não tive nem a oportunidade de visualizar essa matéria e de visualizar, imagina aqui, o Vereador William Siri, olhando. É um debate relevante.

É uma operação urbana consorciada, que a gente está falando de 12 anos atrás. E ela tinha um prazo de vigência de 10 anos. Existe uma discussão judicial com relação à aprovação, reprovação. E, muito sinceramente, a gente não pode entrar numa votação e descobrir matérias, pontos completamente alheios.

Inclusive, isso gera muita insegurança jurídica para o todo do projeto, porque todo projeto de uso e ocupação do solo, e aí não é uma opinião minha, está no Estatuto das Cidades, está em lei federal, está na lei orgânica, ele tem que ter Audiência Pública.

E aí não adianta dizer que teve uma Audiência Pública um mês atrás de temas que não estavam no projeto. Então, não teve Audiência Pública. Como é que as pessoas vão opinar daquilo que elas não sabem? Como é que a imprensa vai acompanhar aquilo que ela não sabe? Como é que os vereadores vão votar aquilo que eles não sabem?

É absolutamente impossível que isso possa se realizar e que a gente possa considerar que houve um transcorrer natural desse projeto, não houve. Mais uma vez, matérias alheias, completamente alheias ao tema, começaram a entrar e nós temos agora, recebemos 20 minutos atrás, uma lista das 84 emendas.

Quando você começa a olhar de forma mais atenta, você fala: “Nunca vi isso, nunca vi isso, nunca vi aquilo”. E isso é muito, mas muito problemático, Presidente.

Por isso, mais uma vez eu vou encaminhar o voto NÃO e solicitar o adiamento da votação da matéria por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Submeto o adiamento da matéria por duas sessões.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Marcio Ribeiro.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

(Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Monica Cunha, Teresa Bergher e William Siri 4 (quatro); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Tainá de Paula, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 31 (trinta e um). Presentes 36 (trinta e seis) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 35 (trinta e cinco) senhores vereadores)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 36 (trinta e seis) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 4 (quatro) senhores vereadores; NÃO 31 (trinta e um) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

A Presidência informa que recebeu um requerimento de destaque do Vereador Pedro Duarte, com o seguinte teor

(LENDO)

**REQUERIMENTO S/Nº**

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, a votação em destaque da Emenda de n° 09, que dispões sobre "SUPRIME O ARTIGO 4º DO PLC N° 163/2024", ao Projeto de Lei Complementar n° 163/2024, que "**REGULAMENTA OS INSTRUMENTOS PREVISTOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 16 DE JANEIRO DE 2024, ESTABELECE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA O LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES E ACRÉSCIMOS NAS EDIFICAÇÕES NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Plenário Teotônio Villela, 20 de junho de 2024

VEREADOR **PEDRO DUARTE**

Partido NOVO

**Com o apoio dos Senhores** VEREADOR CARLOS BOLSONARO, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR DR. MARCOS PAULO, VEREADOR DR. ROGERIO AMORIM, VEREADOR EDSON SANTOS, VEREADOR FELIPE MICHEL, VEREADOR MARCOS BRAZ, VEREADOR PABLO MELLO, VEREADOR PAULO PINHEIRO, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR VITOR HUGO, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR WILLIAM SIRI, VEREADORA LUCIANA BOITEUX, VEREADORA MONICA CUNHA, VEREADORA TAINÁ DE PAULA, VEREADORA TERESA BERGHER

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Os senhores vereadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Solicitada a verificação nominal de votação pelo nobre Vereador Átila Nunes.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a votação.

Concluída a verificação nominal de votação, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Dr. Gilberto, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Felipe Michel, Luciana Boiteux, Luciana Novaes, Monica Cunha, Pedro Duarte, Rafael Aloisio Freitas, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Teresa Bergher e William Siri 14 (catorze). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Renato Moura, Rocal, Ulisses Marins, Vitor Hugo e Zico 20 (vinte). Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Impedido regimentalmente de votar o Presidente. Votaram SIM 14 (quatorze) senhores vereadores; NÃO 20 (vinte) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado e segue ao arquivo.

Em votação o primeiro Bloco de Emendas.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Willian Coelho e Zico 34 (trinta e quatro), não havendo voto contrário. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Teresa Bergher e William Siri 6 (seis). Presentes 40 (quarenta) senhores vereadores. Votando 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Abstiveram-se 6 (seis) senhores vereadores.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 40 (quarenta) senhores vereadores. Votaram SIM 34 (trinta e quatro) senhores vereadores. Abstiveram-se 6 (seis) senhores vereadores.

O Bloco de Emendas está aprovado.

Em votação o segundo Bloco de Emendas.

A Presidência informa aos senhores vereadores que a sessão fica prorrogada até o final da votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Está encerrada a votação.

Concluída a votação nominal, constata-se que votaram NÃO os Senhores Vereadores Alexandre Beça, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Eliseu Kessler, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Willian Coelho e Zico 29 (vinte e nove), não havendo voto favorável. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Teresa Bergher e William Siri 6 (seis). Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Votando 29 (vinte e nove) senhores vereadores. Abstiveram-se 6 (seis) senhores vereadores.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 35 (trinta e cinco) senhores vereadores. Votaram NÃO 29 (vinte e nove) senhores vereadores. Abstiveram-se 6 (seis) senhores vereadores.

O segundo Bloco de Emendas está rejeitado e segue ao arquivo.

Em votação o projeto assim emendado.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Encerrada a votação.

Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Átila Nunes, Carlo Caiado, Celso Costa, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. João Ricardo, Dr. Marcos Paulo, Edson Santos, Eliseu Kessler, Felipe Michel, Inaldo Silva, Jair da Mendes Gomes, Jorge Felippe, Jorge Pereira, Junior da Lucinha, Luciana Novaes, Luiz Ramos Filho, Marcelo Arar, Marcelo Diniz, Marcio Ribeiro, Matheus Gabriel, Pablo Mello, Rafael Aloisio Freitas, Renato Moura, Rocal, Rosa Fernandes, Tainá de Paula, Tânia Bastos, Ulisses Marins, Vera Lins, Vitor Hugo, Welington Dias, Willian Coelho e Zico 35 (trinta e cinco). E que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro, Luciana Boiteux, Monica Cunha, Paulo Pinheiro, Pedro Duarte, Teresa Bergher e William Siri 7(sete). Presentes e votando 42 (quarenta e dois) senhores vereadores.

O SR. PRESIDENTE (CARLO CAIADO) – Presentes 42 (quarenta e dois) senhores vereadores. Votando SIM 35 (trinta e cinco) senhores vereadores; NÃO 7 (sete) senhores vereadores.

O Projeto de Lei Complementar nº 163/2024, assim emendado, está aprovado e segue à redação final.

Esgotado o tempo regimental destinado à presente Sessão, a Presidência, antes de encerrar, convoca Sessão Ordinária para a próxima terça-feira, dia 25 de junho, às 14 horas. A Ordem do Dia para o período de 25 a 27 de junho será publicada no Diário da Câmara Municipal da próxima segunda-feira, dia 24 de junho.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 19h11)